

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

Natasha Santos Martins

**Um estudo de caso sobre o empoderamento feminino refletido na
imprensa taubateana**

Taubaté – SP

2021

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

Natasha Santos Martins

**Um estudo de caso sobre o empoderamento feminino refletido na
imprensa taubateana**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para
obtenção do certificado de Graduação do Curso de
Licenciatura em História do Departamento de
Ciências Sociais e Letras pela Universidade de
Taubaté.

Orientadora: Profa. A Dra. Rachel Duarte Abdala

Taubaté – SP

2021

**Grupo Especial de Tratamento da Informação – GETI
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBi
Universidade de Taubaté - UNITAU**

M386u Martins, Natasha Santos
Um estudo de caso sobre o empoderamento feminino refletido
na imprensa taubateana / Natasha Santos Martins. -- 2021.
56 f.

Monografia (graduação) - Universidade de Taubaté,
Departamento de Ciências Sociais e Letras, 2021.
Orientação: Profa. Dra. Rachel Duarte Abdala, Departamento
de Ciências Sociais e Letras.

1. Mulheres. 2. Jornal. 3. Feminismo. 4. Taubaté-SP.
I. Universidade de Taubaté. Departamento de Ciências Sociais e
Letras. Curso de História. II. Título.

CDD – 305.42

Natasha Santos Martins

**Um estudo de caso sobre o empoderamento feminino refletido
na imprensa taubateana**

Orientadora: Profa. Dra. Rachel Duarte Abdala

Data:

Resultado:

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Rachel Duarte Abdala

Universidade de Taubaté

Assinatura:

Profa. Dra. Márcia Pacheco

Assinatura:

Prof. Dr. Moacir José dos Santos

Assinatura

Este trabalho é dedicado a todas as mulheres, especialmente à minha mãe, Adriana Carvalho dos Santos Martins, por ser uma das mulheres mais fortes que conheci.

Uma revolução feminista sozinha não criará esse mundo precisamos acabar com o racismo, o elitismo, o imperialismo. Mas ela tornará possível que sejamos pessoas – homens e mulheres – autorrealizadas, capazes de criar uma comunidade amorosa, de viver juntas, realizando nossos sonhos de liberdade e justiça, vivendo a verdade de que somos todas e todos “iguais na criação”.

Bell Hooks

Resumo

Historicamente, a mulher é colocada em uma posição subalterna a do homem, não sendo reconhecido o seu lugar de protagonista em acontecimentos históricos. Desse modo, observa-se a importância de se elaborar trabalhos científicos que tragam luzes a essa situação, na perspectiva de realizar mudanças contemporâneas em relação às opressões e às violências contra a mulher que assistimos corriqueiramente na sociedade. No presente trabalho objetivou-se analisar, a partir de artigos de jornais da década de 1910, escritos por uma mulher em uma cidade conservadora do interior, o seu protagonismo Georgina. Para tanto foi preciso traçar um panorama da vida da mulher desde a colonização até a década 1910, além de estudar a formação do movimento feminista no Brasil e no mundo. Metodologicamente foi desenvolvida pesquisa de análise documental de documentos sob a guarda da Hemeroteca Antonio Mello Júnior, do Arquivo Histórico de Taubaté Dr. Félix Guisard Filho. Esses registros são fundamentais para elucidar o cenário desse período e a emancipação das mulheres. Pode-se concluir que as evidências mostram que a luta das mulheres não é algo somente da atualidade, pois as mulheres vêm lutando por seus espaços há séculos, sempre sendo consideradas transgressoras, bruxas ou loucas. Mesmo que, em pequenos gestos como escrever um artigo em um jornal, pensamentos emancipatórios já se mostram presente em cidades do interior no início do século XX.

Palavras chaves: Mulheres, jornal, feminismo, Taubaté-SP.

Summary

Historically, women are placed in a subordinate position to men, with their role as protagonists in historical events not being recognized. Thus, there is great importance of developing scientific works that bring light to this situation, with a view to making contemporary changes in relation to the oppression and violence against women that we routinely witness in society. The present work aimed to analyze, from newspaper articles from the 1910s, written by a woman in a conservative countryside town, her protagonism. Therefore, it was necessary to draw an overview of women's lives from colonization to the 1910s, in addition to studying the formation of the feminist movement in Brazil and in the world. Methodologically, document analysis research was carried out on documents held by the Hemeroteca Antonio Mello Júnior, from the Dr. Félix Guisard Filho Historical Archive of Taubaté. These records are essential to elucidate the scenario of this period and the emancipation of women. It can be concluded that the evidence shows that the struggle of women is not only current, as women have been fighting for their spaces for centuries, always being considered transgressors, witches or mad. Even though, in small gestures such as writing an article in a newspaper, emancipatory thoughts are already present in interior cities at the beginning of the 20th century.

Keywords: Women, newspaper, feminism, Taubaté-SP.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, meus maiores exemplos, meu alicerce. Às minhas irmãs, Natália e Ana Luiza, pelo incentivo contínuo.

À minha orientadora Rachel Abdala, que me inspira com sua dedicação à docência e a História. Te admiro e te agradeço por compartilhar esses 4 anos ao meu lado.

Aos meus amigos Letícia Brandão, Ana Barros, Isabella Matta, Milena Magalhães, Mariana Magalhães, Anderson Santos, Thiago Lima, Gabriele Silva, Felipe Rocha, Thiago Campos e Pedro Javaroni. Em especial aos que fiz na Universidade, por todos as aventuras, desesperos pré provas e apresentações de trabalhos, perrengues e união.

Aos meus queridos amigos que me ensinam todo dia sobre a docência, Samira Ferreira e Gustavo Miragaia e pelo carinho e apoio diário.

À professora Márcia Pacheco, umas das mulheres mais brilhantes que já conheci!

Ao professor Moacir Santos, pela honra de participar da minha banca.

Aos queridos professores Armindo Boll, Edson Trajano, Silvio Costa, Moacir e Fátima Toledo, professores que partilharam seu tempo com exímio conhecimento e ótimas experiências.

Aos professores Bruno Busnardo, Cláudia Oliveira e Jorge Luís que me levaram à História com seus dons inestimáveis e que sempre posso recorrer.

Aos programas PIBID, NUGEC e Residência Pedagógica que com esse apoio financeiro me permitiu a finalização da minha graduação.

Sumário

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1- Discussões teóricas-conceituais e o contexto de surgimento do movimento feminista	13
1.1 O que é o feminismo? Discussões e embates teóricos e sociais	13
1.2 História de gênero e os embates historiográficos.....	18
1.3 Contexto de surgimento do movimento feminista no mundo	20
CAPÍTULO 2. O movimento feminista no Brasil	23
2.1 Prelúdio do movimento feminista no Brasil: o lugar da antes do movimento feminista.....	23
2.2. Contexto de surgimento e embates	27
2.3. O lugar da mulher no trabalho no Brasil no início do século XX.....	32
CAPÍTULO 3. A atuação Feminina no jornalismo do interior.....	36
3.1. O lugar da mulher na sociedade taubateana.....	36
3.2. A participação de mulheres em jornais no Brasil – inserção profissional e resistências.....	39
3.3. Os textos de Zezue e Georgina, do jornal <i>O Norte de Taubaté</i> de 1919.....	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS	56

Introdução

Considerado ‘problemático, instável e tenso’ (Butler, 2003), o feminismo vem problematizando a si mesmo ao longo dos tempos, desde as doutrinas do feminismo original, se mantendo em permanente (des)construção. O movimento feminista manifesta que a experiência masculina tem sido privilegiada ao longo da história, enquanto a feminina, negligenciada e desvalorizada. Elas demonstraram, ainda, que o poder foi, e ainda é, predominantemente masculino, e seu objetivo original foi a dominação das mulheres, especialmente de seus corpos (Butler, 2003). Destaca que a opressão de gênero, de etnia e de classe social perpassa as mais variadas sociedades ao longo dos tempos. Esta forma estrutural de opressão sustenta práticas discriminatórias, tais como o racismo, o classicismo, a exclusão de LGBTQIA + e de outros grupos minoritários (Toledo, 2003). O feminismo é uma filosofia que reconhece que homens e mulheres têm experiências diferentes e reivindica que pessoas diferentes sejam tratadas não como iguais, mas como equivalentes (Scott, 1986).

[...] o feminismo procurou, em sua prática enquanto movimento, superar as formas de organização tradicionais, permeadas pela assimetria e pelo autoritarismo. [...] busca repensar e recriar a identidade do sexo sob uma ótica em que o indivíduo, seja homem ou mulher, não tenha que adaptar-se a modelos hierarquizados, e onde as qualidades “femininas” e “masculinas” sejam atributos do ser humano em sua globalidade (ALVES E PITANGUY, p. 15, 1985)

Segundo Costa e Schmidt (2004), “no bojo do projeto do feminismo (histórica e conjuntamente forjado a partir das lutas sociais) está o entrelaçamento entre teoria e prática política”. O feminismo é, portanto, um campo político (Scott, 1986; Toledo, 2003), tanto quanto teórico-epistemológico (Harding, 1986), embora tenha assumido variadas tendências. As intersecções do feminismo com os movimentos de luta de classes configuram diferentes movimentos feministas, entre eles: o radical (inclui-se aqui o movimento de mulheres negras), o liberal, o socialista, o marxista e o anarquista (Toledo, 2003). No campo teórico-epistemológico encontramos o empirismo feminista, o ponto de vista feminista e o pós-modernismo ou pós-estruturalismo feminista, corrente contemporânea do feminismo na qual se inscrevem os estudos de gênero (Butler, 2003; Harding, 1987;). Houve, também, várias gerações ou várias fases no feminismo, conhecidas como “ondas do feminismo” (Costa, 2002). Essas diferentes fases ocorreram

em épocas distintas, historicamente construídas conforme as necessidades políticas, o contexto material e social e às possibilidades pré-discursivas de cada tempo (Scott, 1986).

A primeira geração feminista, também conhecida como primeira onda do feminismo, representa o surgimento do movimento feminista, que nasceu como movimento liberal de luta das mulheres pela igualdade de direitos civis, políticos e educativos, que eram reservados apenas aos homens. O movimento sufragista, que se estruturou na Inglaterra, na França, nos Estados Unidos e na Espanha, teve fundamental importância nessa fase de surgimento do feminismo. O objetivo do movimento feminista, nesse primeiro momento, era a luta contra a discriminação das mulheres e a favor da garantia de direitos, inclusive do direito ao voto. Inscreve-se nesta primeira fase a denúncia da opressão à mulher imposta pelo patriarcado.

[...] as sufragistas argumentavam que as vidas das mulheres não melhoraram até que os políticos tivessem de prestar contas a um eleitorado feminino. Acreditavam que as muitas desigualdades legais, econômicas e educacionais com que se confrontavam jamais seriam corrigidas, enquanto não tivessem o direito de voto. A luta pelo direito de voto era, portanto, um meio para atingir um fim. (ABREU, 2002, p. 37)

O presente trabalho pretende expor o início do movimento no mundo e, conseqüentemente, no Brasil, tendo como metodologia a análise documental de artigos presentes no jornal *O Norte*, escrito em 1919, que se encontram sob a guarda da Hemeroteca Antonio Mello Júnior, do Arquivo Histórico de Taubaté Dr.. Essa análise busca demonstrar o empoderamento surgindo mesmo nas pequenas cidades. Metodologicamente, o estudo foi desenvolvido a partir da pesquisa de análise documental de documentos Félix Guisard Filho.

No primeiro capítulo intitulado *Discussões-conceituais e o contexto do surgimento do movimento feminista*, será abordado o surgimento do movimento feminista com a mudança social que ocorre no início do século XX na História.

No capítulo segundo, denominado *O movimento feminista no Brasil*, é apresentado um breve panorama da vida das mulheres no Brasil e do começo do movimento feminista, ainda no Brasil, que foi influenciado por eventos que ocorreram no mundo. No terceiro capítulo, a atuação *feminina no jornalismo do interior*, foram

analisados os textos de Zezé e Georgina, do jornal O Norte de Taubaté de 1919. Buscando compreender como esse movimento ganha identidade nas cidades mais como Taubaté.

Capítulo 1. Discussões teóricas-conceituais e o contexto de surgimento do movimento feminista

“Veja como o feminismo pode tocar e mudar sua vida e a de todos nós. [...] Aproxime-se e verá: o feminismo é para todo mundo” (HOOKS, 2018, p. 16).

1.1 O que é feminismo? Discussões e embates teóricos e sociais

Primeiramente, é preciso salientar que não há um consenso sobre o que é o feminismo, contudo o *Minidicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (2010, p. 356), define o feminismo como uma “doutrina ou movimento em favor da ampliação e valorização do papel e dos direitos das mulheres na sociedade”. Nesse sentido, pode-se dizer que se trata de um movimento do qual o intuito é conceder ao gênero feminino o que outrora era exclusivo aos homens, pois a história das mulheres é uma história de apagamentos, de exclusão, de sabotagem e de desvalorização (LERNER, 2019).

As feministas afirmam que a experiência masculina tem sido privilegiada ao longo da história, enquanto a feminina, negligenciada e desvalorizada. De acordo com Butler (2003), elas demonstraram, ainda, que o poder foi, e ainda é, predominantemente masculino, e seu objetivo original foi a dominação das mulheres, especialmente de seus corpos. Destacam que a opressão de gênero, de etnia e de classe social perpassa as mais variadas sociedades ao longo dos tempos. Esta forma de opressão sustenta práticas discriminatórias, tais como o racismo, o classicismo, a exclusão de grupos de homossexuais e de outros grupos minoritários (Toledo, 2003).

Segundo Costa e Schmidt (2004, p. 10), "no bojo do projeto do feminismo (histórica e conjunturalmente forjado a partir das lutas sociais) está o entrelaçamento entre teoria e prática política". O feminismo é, portanto, um campo político (Scott, 1986; Toledo, 2003), tanto quanto teórico-epistemológico (Harding, 1986), embora tenha assumido variadas tendências. Considerado “problemático, instável e tenso” (Butler, 2003; Harding,), o feminismo vem problematizando a si mesmo ao longo dos tempos,

desde as doutrinas do feminismo original, em permanente (des)construção. As intersecções do feminismo com os movimentos de luta de classes configuram diferentes movimentos feministas, entre eles: o radical (inclui-se aqui o movimento de mulheres negras), o liberal, o socialista, o marxista e o anarquista (Toledo, 2003). No campo teórico-epistemológico encontramos o empirismo feminista, o ponto de vista feminista e o pós-modernismo ou pós-estruturalismo feminista, corrente contemporânea do feminismo na qual se inscrevem os estudos de gênero (Butler, 2003; Harding, 1987;). Houve, também, várias gerações ou várias fases no feminismo, conhecidas como “ondas do feminismo” (Costa, 2002). Essas diferentes fases ocorreram em épocas distintas, historicamente construídas conforme as necessidades políticas, o contexto material e social e às possibilidades pré-discursivas de cada tempo (Scott, 1986).

É difícil estabelecer uma definição precisa do que seja feminismo, pois este termo traduz todo o processo que tem raízes no passado, que se constrói no cotidiano, e que não tem um ponto predeterminado de chegada. Como todo processo de transformação, contém, avanços, recuos, medos e alegrias. (ALVES; PITANGUY, 1991, p.6)

Alves e Pitanguy (1991) pontuam que o feminismo é um movimento que procura repensar e reformular a identidade de sexo sob uma perspectiva em que o ser humano, independentemente de ser homem ou mulher, não precise se adequar-se a modelos hierarquizados, na qual, essas propriedades “masculinas” ou “femininas” sejam dadas como o ser humano de forma global.

Que a afetividade, a emoção, a ternura possam aflorar sem constrangimentos nos homens e serem vivenciadas, nas mulheres, como atributos não desvalorizados. Que as diferenças entre os sexos não se traduzam em relação de poder que permeiam a vida de homens e mulheres em todas as suas dimensões: no trabalho, na participação política, na esfera familiar etc. (ALVES E PITANGUY, 1991, p.6)

O movimento feminista buscou, em sua prática enquanto movimento, superar as formas de organizações tradicionais, permeadas pelo autoritarismo, do qual é constituído o meio social que estamos inseridos, para tornar possível as autoras Alves e Pitanguy (1991) apontam que devemos tomar consciência que as relações entre homens e mulheres é constituída de hierarquia e poder, porque o movimento feminista não é centralizado, sem uma disciplina única prescrita a todas as militantes. Particulariza-se pela auto-organização das múltiplas vertentes de mulheres em várias frentes, como em grupos

pequenos que compartilham suas histórias de vidas próprias, onde se fortalecem a sua sororidade¹, suas experiências são válidas e não partem de uma ordem central, detentora de toda a verdade, mas os pontos de vista e definições do movimento são fruto da prática, do conhecimento da experiência individual de cada mulher. Mas o movimento não deixa de ter uma organização, essa forma de movimento se manifesta nos grupos feministas que se mobilizam em torno da promoção de centros, debates, editoras, Casas de Mulher, manifestações culturais, pesquisas, clínicas de saúde, e diversas outras formas de expressão e práticas do movimento.

Já para feminista negra Bell Hooks (2018), formada em literatura inglesa, realizou estudos interseccionais direcionados a discussão sobre gênero, raças e classe, com ênfase nas relações sociais de opressão, para Hooks o movimento feminista é fundamentalmente radical, que deve envolver prática e teoria de forma coesa, de forma que aderência às políticas feministas é tanto uma escolha como uma ação, conseqüentemente a abstenção a essência radical da luta tornado o movimento vulnerável cooptação do patriarcado² capitalista, portanto para a autora a noção de ter vários movimentos feministas com várias vertentes só serviria para interesses políticos de caráter conservador, porém ela não ignora, mas evidencia as contradições que o feminismo apresenta, especialmente liderados por mulheres privilegiadas que de acordo com ela se auto declaração donas do movimento. (HOOKS, 2018).

Essas vertentes do movimento são apresentadas pela autora como uma iniciativa reformista de libertação das mulheres, e por isso não são comprometidas com mudança que se faz necessária na estrutura social, assim, constitui um movimento que para Hooks (2018) teria se filiado a ideais de supremacia branca e classista, e dessa forma, acaba por fortalecendo o sistema patriarcal capitalista e sexista, dado que suprime vozes dissidentes e pautas de outros grupos de mulheres.

Em oposição a essa visão, a autora. Um movimento visionário, fundamentado nas condições concretas das mulheres, que proponha modelos de reciprocidade e igualdade

¹ Sororidade é o pacto entre as mulheres que são reconhecidas irmãs, sendo uma dimensão ética, política e prática do feminismo contemporâneo (Dicionário Informal).

² Patriarcado, em sua definição mais ampla, significa a manifestação e institucionalização da dominância masculina sobre as mulheres e crianças na família e a extensão da dominação masculina sobre as mulheres na sociedade em geral. A definição sugere que os homens têm o poder em todas as instituições importantes e que as mulheres são privadas do acesso ao poder. (LERNER, 2019, p. 209)

que substituam os velhos paradigmas, com perspectivas consideradas mais radicais e revolucionárias, dedicados na construção de uma teoria feminista que tenha como base a compreensão da inter-relação entre as opressões de gênero, raça e classe Hooks (2018) compartilha de uma visão epistemológica que entende que “a categoria ‘mulher’ não pode ser objeto unificado de investigação ontológica e epistemológica” e, do mesmo modo, “não pode constituir um sujeito singular de conhecimento” (SATTLE, 2019, p. 16).

Elas sabem que a única razão para mulheres não brancas ausentes/invisíveis é o fato de não serem brancas. Todas as mulheres brancas desta nação sabem que a branca é uma categoria privilegiada. O fato de que mulheres brancas escolhem reprimir ou negar esse conhecimento não significa que sejam ignorantes. Significa que estão em negação. (HOOKS, 2015, p. 89).

Nesse sentido, pode-se compreender que a experiência de vida das mulheres negras pode atribuir um ponto de vista especial, de acordo com ela, esse ponto de vista privilegiado não emerge da "autoridade da experiência", mas da paixão pela experiência, da paixão pela lembrança. “[...] É uma forma de saber que é frequentemente expressa através do corpo, o que sabe, o que foi profundamente inscrito nele através da experiência” (HOOKS, 1991, p. 182-183)

Posto isso, destaca-se o papel necessário que os homens na aderem ao feminismo e na incorporem em suas práticas, a razão não se dá, só pela posição (ainda que relativa) de privilégio que frequentemente ocupam nas estruturas sexistas, mas também pela consideração de que estas refletem negativamente na construção de suas identidades, chegando a impedir certos direitos. Sobre o assunto, Connell e Messerschmidt afirmam que as “masculinidades são configurações da prática que são construídas, reveladas e transformadas ao longo do tempo” (2013, p. 271) e, portanto, não podem ser consideradas como identidades fixas, para Hooks, esses estudos podem apresentar uma ponte para conectar a causa feminista com a “experiência masculina”, já que “na cultura patriarcal, todos os homens aprendem um papel que restringe e confina”, mas, “quando raça e classe entram em cena, juntamente com o patriarcado, os homens negros sofrem as piores imposições da patriarcal masculina de gênero” (2004). Por motivos como este, Hooks (2018) defende a importância de oferecer visões mais libertadoras da masculinidade, no intuito de formar identidades que não sejam fundamentadas em estruturas opressivas. “O Feminismo é para todo mundo” (HOOKS, 2018), portanto, pauta-se na supracitada

compreensão de feminismo para analisar os problemas enfrentados pelo movimento, elencar as conquistas já obtidas e apontar as pautas a serem desenvolvidas, tendo em vista as estruturas opressoras ainda vigentes. Ao considerar as contribuições de diferentes epistemologias feministas, seu feminismo visionário tem como objetivo criar uma revolução contínua e sustentável. Em meio a todos os tópicos abordados na obra, a autora tem dois pontos muito bem articulados e reiterados. O primeiro é a crença de que a identificação com o feminismo deve ser fruto de uma escolha consciente, a partir da educação sobre as políticas feministas, proporcionando uma efetiva adesão a sua teoria e prática. O segundo, por sua vez, diz respeito à necessidade de concretização dessa educação feminista, com sua difusão em massa, para que o feminismo seja escolhido e incorporado por todas e todos. “Dito de forma simples é um movimento para acabar com sexismo, exploração sexista e opressão [...] essa foi uma definição para o feminismo que apresentei há mais de dez anos no livro *Feminist theory: From Margin to center.*” (HOOKS, 2015, p. 17).

Assim, considerando a posição defendida por Hooks para a contínua construção do movimento feminista, torna-se mais compreensível sua definição de feminismo. “Na verdade, essa definição deixa implícito que todos os pensamentos e todas as ações sexistas são um problema, independentemente de quem o perpetua ser mulher ou homem, criança ou adulto”. (HOOKS, 2015, p. 17).

Nela, fica implícito que todos os pensamentos e ações sexistas são um problema, independente de quem os perpetue, que a natureza do sexismo é interligada a outras opressões e pode ser considerado um conceito chave que permite refletir sobre todos os fenômenos que estão interligados com o patriarcado e a dominação masculina e para ela se essas estruturas opressivas não forem desfeitas, todas as formas de relacionamentos interpessoais vão continuar a reproduzir paradigmas de dominação e submissão.

1.2 História de gênero e os embates conceituais e historiográficos

Na história do gênero, a mulher foi deixada de lado, em segundo plano em prol do protagonismo do homem. Assim também foi na educação, visto que foi atribuído aos homens a condição de donos do conhecimento, enquanto a mulher permanecia por

diversos séculos à mercê do homem e da condição submissa imposta pela sociedade machista e patriarcal.

É importante evidenciar como o conceito de gênero surgiu ao longo do tempo e como ele nos ajuda a pensar na sociedade atualmente. O conceito de gênero compreendido na forma que é usado hoje em dia surgiu em meados da década de 1970, formulado a partir do diálogo estabelecido no movimento feminista no século XIX, e foi por meio de suas teorias históricas, sociológicas, filosóficas, antropológicas, que as definições e concepções sobre o conceito foram se alterando.

Esse conceito não aceita o determinismo biológico nas relações entre homens e mulheres, assim dando um caráter social. Ou seja, as relações estabelecidas até agora entre homens e mulheres foram estabelecidas através do tempo, se dão através de características sociais e históricas e não por caráter biológico e por isso mutável através do tempo. “Um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos e uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86)

Em 1989, a historiadora Joan Scott publicou o artigo “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, no qual afirma que a categoria de gênero expressa um campo de disputas teóricas e políticas. Em outras palavras, isso quer dizer que o gênero não pode ser pensado no âmbito privado das relações familiares e, uma vez que vai para além do âmbito privado, precisa ser compreendido dentro de um sistema político, econômico e dentro das estruturas de poder da sociedade. A historiadora norte-americana Scott (1989) compreende gênero como uma categoria que media a diferença biológica e as relações sociais historicamente construídas. Ela afirma o seguinte:

O uso do “gênero” coloca a ênfase sobre todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo nem determina diretamente a sexualidade. [...] o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder (SCOTT, 1989, p. 7 - 21)

Dessa forma, o conceito de gênero nos auxilia a compreender como as relações e práticas sociais se constituem, seja entre pessoas do mesmo sexo ou do oposto. Pois ao falarmos da história das mulheres também estamos nos referindo à história dos homens, pois a reflexão sobre gênero só pode ser de fato compreendida se compararmos a relação

entre os sexos nos contextos histórico e social. As interações entre homens e mulheres devem ser constantemente repensadas, uma vez que diferentes contextos históricos definiram quais deveriam ser os papéis designados para homens e mulheres de uma forma excludente, enfatizando uma divisão sexual do trabalho e da vida social. É perceptível como os padrões antigos acabam ainda por condicionar as diferenças entre os sexos, perpetuando assim a desigualdade de condições.

A filósofa francesa Simone de Beauvoir (1908-1986), teve um papel muito importante no movimento feminista, foi uma grande representante e motivadora da discussão, em seu livro intitulado *O Segundo Sexo*, publicado originalmente em 1949, ela propôs uma nova reflexão sobre as desigualdades entre homens e mulheres. Beauvoir (2009) se questionava sobre os motivos pelos quais as mulheres permaneciam sempre em posição de inferioridade diante dos sistemas de relação de poder das sociedades ocidentais modernas. Ela mostra que a hierarquização dos sexos não é uma questão biológica, e sim uma construção social patriarcal (BEAUVOIR, 2009). Com isso, o movimento passa a incorporar novas discussões e novas perspectivas.

Sob a ótica das ciências humanas, analisando sobre uma perspectiva antropológica, histórica, filosófica e sociológica, verifica-se que o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações do poder na sociedade. Assim, percebe-se que as diferenças não estão ancoradas em questões biológicas, mas, sim, orientadas por particularidades culturais.

1.3 Contexto de surgimento do movimento feminista no mundo

O movimento feminista teve sua história marcada por três ondas no século XX, mas pode se dizer que seu marco inicial é reconhecido em meados do Século XIX na Europa e nos Estados Unidos com o movimento sufragista, nas quais suas principais lutas foram pelo voto, direito das mulheres e melhores condições de trabalho. “A mulher das camadas sociais diretamente ocupadas na produção de bens e serviços nunca foi alheia ao trabalho. Em todas as épocas e lugares a tem contribuído para a subsistência de sua família e para criar a riqueza social.” (SAFFIOTI, 2013, p. 61)

Mas, suas primeiras expressões surgiram com Escritos datados dos séculos XV e XVIII, com temas dedicados à denúncia da Condição de opressão das mulheres, e com as grandes revoluções, quando as Mulheres passam a fazer reivindicações. As conquistas femininas começaram a aparecer, principalmente, na Revolução Francesa (1789-99), que carregava a bandeira de Igualdade, Liberdade e Fraternidade. Na Revolução Francesa a “*Declaração dos Direitos do homem e do Cidadão*”, escrito no ano da revolução, foi refutado pela “*Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*” escrito pela feminista francesa Olympe de Gouges (1748-1793) em 1791, que foi condenada e guilhotinada em 1793 acusada de “ter querido ser um homem do estado e ter esquecido as virtudes próprias do seu sexo” (ALVES, PITANGUY, 1985, p.34). No documento, Gouges criticou a declaração da Revolução, porque era somente dedicada aos homens. O movimento também ganha consistência com a Revolução Industrial (1780-1830) e no período de guerras, quando a mulher passou a ser usada como mão de obra: “Delas foi extraído o mais alto nível de exploração da mais-valia absoluta, por meio da ampliação da jornada de trabalho e de salários inferiores aos dos homens”. (DURIGUETTO e ALAGOANO, 2018, p.233). Dessa forma, as mulheres passaram a questionar seu papel no trabalho, na vida política e no lugar imposto pela sociedade.

O movimento pode ser dividido em três “ondas”: a primeira ocorreu no século XIX e início do século XX com o sufrágio feminino, a segunda nas décadas de 1960 e 1970 com a luta pela igualdade legal e social para as mulheres, e a terceira da década de 1990 em diante com uma redefinição das estratégias da onda anterior (GARCIA, 2011)

A primeira onda se inicia no século XIX, quando estoura na Inglaterra, o movimento *Women 's Suffrage* (Mulheres sufragistas) que lutavam pelos direitos, em especial ao voto, e por condições mais justas e iguais para as mulheres. No dia 08 de março de 1857, centenas de mulheres operárias da indústria têxtil em greve por condições melhores de trabalho foram reprimidas e carbonizadas em Nova York, a partir desse fato em 1910, foi criado o dia internacional de luta das mulheres. A conquista pelo voto só aconteceu em 1918, no Reino Unido sendo caracterizado como a primeira onda do feminismo.

Nesse período as mulheres protestavam contra os concursos de beleza, nos quais a sociedade criou um padrão de beleza. Como afirma Wolf (1992, p. 11): “Quanto mais numerosos foram os obstáculos legais e materiais vencidos pelas mulheres, mais rígidas,

pesadas e cruéis foram as imagens da beleza feminina a nós impostas.” Então, além de lidarmos com a busca e a luta por direitos básicos, somos submetidas pela sociedade patriarcal a um padrão de beleza que elege um tipo de mulher perfeita e as mulheres que estão fora desse padrão são excluídas e desqualificadas por essa sociedade. De acordo com as mulheres da FENED Quando falamos da padronização da beleza (“ditadura da beleza”), encaramos um problema sério de tentativa de adequação das mulheres a padrões estéticos, que leva, desde muito cedo, ao desenvolvimento de distúrbios alimentares pelas jovens, como anorexia e bulimia, em busca da beleza a qualquer custo. Outra faceta da mídia é a averiguação de como as reivindicações históricas do movimento feminista como o aborto, as desigualdades enfrentadas no mercado de trabalho e a violência contra a mulher são tratados. (2012, p. 3)

Em 1970, se intensificou a luta por igualdade, pois as mulheres passaram a questionar toda forma de opressão e submissão às quais eram submetidas em qualquer âmbito, seja profissional, social ou emocional. Também entraram em pauta questões como maternidade, liberdade sexual e direitos de reprodução. Nesse cenário que começou a surgir o conceito de coletividade entre as mulheres, entretanto começaram a perceber o real propósito do que as unia. Então, se consolidou a segunda onda do movimento feminista. Entraram nesse período as mulheres negras e lésbicas, que se juntaram ao movimento trazendo novas discussões e força ao movimento feminista. “Por mais omissas que as primeiras militantes pelos direitos das mulheres tenham sido em relação à condição de suas irmãs negras, os ecos do novo movimento de mulheres foram ouvidos por toda a luta organizada pela libertação negra.” (DAVIS, 2016, p. 69).

Na década de 1990, surgiu a terceira onda feminista, na qual as mulheres passaram a lutar pela liberdade de escolha e emancipação, independentemente de raça, classe, comportamento, vestimentas e orientação sexual. Nessa fase as mulheres passaram a entender que as opressões e discriminações do seu papel na sociedade são construções sociais e que podem e devem ser discutidas e desconstruídas. O movimento feminista tem divisões que abordam questões específicas de alguns grupos como, por exemplo: as mulheres negras, transexuais, lésbicas, indígenas, prostitutas etc. Houve grandes conquistas em 1948, quando no dia 10 de dezembro, a Organização das Nações Unidas – ONU proclamou a Declaração dos Direitos Humanos, na qual explicitava a necessidade da valorização da mulher.

Capítulo 2. O movimento feminista no Brasil

2.1. Prelúdio do movimento feminista no Brasil: o lugar da antes do movimento feminista

Um dos grandes desafios para se reescrever a história das mulheres no Brasil é a falta de documentos, como a historiadora Maria Amélia de Almeida Teles (2017, p 24) aponta: “O material encontrado em arquivos, os documentos oficiais e outros enfatizam quase exclusivamente acontecimentos de interesses das elites, em que o homem branco é quem sobressai”. Desse modo, há poucos registros da história das mulheres, principalmente quando voltamos nossos olhares para o período colonial. Neste período, o maior contingente de mulheres eram indígenas, negras e brancas prostitutas. Os documentos oficiais não tratam dessas mulheres e há que se considerar ainda que o maior volume de documentos encontrados no período colonial é concentrado a partir de 1808, quando a família real vem aparar o Brasil.

Observa-se quando as mulheres aparecem nos relatos históricos de forma positiva, como heroínas e como mulheres fortes, geralmente são as que realizaram algum feito ao lado de um homem, ou que fizeram algum feito para salvar a vida de um homem, como Maria Dias Ferraz do Amaral que esteve do lado do seu marido nas bandeiras e foi morta por uma flecha atirada por um índio, ficando conhecida como “Heroína do Capivari”. Entretanto, as mulheres que fazem algo sozinha são taxadas de loucas (TELES, 2017).

Quando não há como deixar de a participação das mulheres, o fazem como se estas agissem individualmente, como loucas, prostitutas, enfim, desajustadas. Tenho a impressão de que só chamam de heroínas, o que é raríssimo, aquelas que fizeram um ato corajoso, mas ao lado de seus maridos ou, num gesto extremo, deram a vida para salvar os homens (TELES, 2017, p. 24).

As mulheres brancas na colônia, da classe dominante, que eram esposas de donos de escravos e terras, tinham como papel basicamente o de mãe dos filhos legítimos do senhor e o de esposas. No entanto, deve-se considerar que poucas mulheres portuguesas vieram para o Brasil no início; “poucas mulheres realizaram a penosa e longa travessia do Atlântico” (TELES, 2017, p.28). Essa situação fazia com que os homens portugueses buscassem companhia de mulheres escravas: “Logo, eram comuns que os portugueses manterem concubinas entre as escravas” (TELES, 2017, p.28), desagradando os padres

jesuítas, como por exemplo o padre Manuel de Nóbrega, que em 1549, escrevesse à coroa portuguesa pedindo que mandasse “mulheres órfãs e de toda a qualidade até meretrizes”, mas não foi atendido.

Del Priore (1993) afirma que em lugares de condutas individuais (noção de privacidade do eu), tem no período, uma enorme disponibilidade sexual contaminada pela exploração sexual do escravismo, por um "alongamento moral", e como em seu livro Formação do Brasil Colônia diz Caio Prado Jr. Por "irregularidade de costumes" e "falta de nexos moral". Mas o predomínio, de acordo com Del Priore (1993), era de relações consensuais, chamadas de “tratos ilícitos”. Os filhos que eram gerados em amasiamento de ranchos com índias e em concubinato (hábito trazido pelos portugueses e amplamente divulgado nas classes subalternas) e de famílias matrifocais: ou seja, mantenedora, gestora e guardiã dos seus e de outros filhos ilegítimos do seu marido.

Assim, Del Priore (1993) traz reflexão sobre o processo de normatização e adestramento da mulher na Colônia que é realizado, sobretudo, a partir da análise dos discursos e práticas da Igreja e dos médicos. A ação moralizante da Igreja após o século XVI, que teve como alvo o combate às sexualidades alternativas, o concubinato, as religiosidades desviantes e a valorização do casamento e da austeridade familiar, vai se erigir na Colônia por razões do Estado: necessidade de povoamento das capitanias, de segurança e de controle social (DEL PRIORE, 1993).

As mães, na sua função social e psicoafetiva, transformam-se no período em estudo, num projeto do Estado e principalmente da Igreja que se encarregou de disciplinar as mulheres da Colônia, fazendo-as partícipes da cristianização das índias. Os filhos nascidos fora do casamento comprometeram a ordem do Estado Metropolitano, pois implica no incremento de "bastardos" e "mestiços", colocados pelo próprio sistema nas fimbrias da marginalidade social (DEL PRIORE, 1993)

Dessa forma, Del Priore (1993) afirma que a Igreja vê uma maior necessidade de ordenação e de normatização. O alvo preferido foram as mães solteiras pois estas não conheciam as benesses do casamento. A maternidade passa a ser a remissão das mulheres e o preço da segurança do casamento o "portar-se como casada". A identidade da mulher que se constituía de uma gama de múltiplas funções (mãe de filhos ilegítimos, companheira de um bígamo, manceba de um padre, etc.), deveria passar a introjetar-se

apenas nas relações conjugais. Teles (2017) também fala como a mulher não podia sair desse padrão, porque a mulher branca que fugisse normalmente era punida.

Difícilmente a mulher podia fugir a esses padrões. Caso houvesse desconfiança em relação a seu comportamento ou a menina desses sinais de inconformismo e rebeldia, procuravam encaminhá-la logo para o internato num convento. Essa era também uma das poucas alternativas para a mulher branca das elites, quando não conseguia casamento por falta de pretendentes bem aquinhoados. (TELES, 2017, p. 29-30)

Como trabalho, a mulher branca na colônia só realizava os afazeres domésticos, além de tarefas como tecelagem, bordados, fiação e o cuidado do pomar, já qualquer forma de educação era considerado coisas que só o homem poderia aprender. Porque o mais importante era que a mulher fosse colada de forma subalterna ao homem.

A essa mulher ensinavam apenas a lavar, coser e fazer renda. Instruções – leitura, escrita e contas- era coisa de homens. Consta que, em São Paulo, no século XVII, apenas duas mulheres sabiam assinar o nome. E, para a mulher receber alguma instrução, tinha de entrar no convento. (TELES, 2017, p. 30)

Se a situação da mulher branca na colônia não era difícil, a da mulher indígena e preta era pior. As mulheres indígenas que viviam no Brasil desempenhavam papéis diferentes entre si, já que os povos indígenas que habitavam o Brasil em 1500 também eram muito diferentes entre si. Havia mulheres que em suas relações eram companheiras e outras escravas sexuais, as relações podiam ser poligâmicas ou monogâmicas. Em algumas tribos, as mulheres podiam até chefiar seu grupo, algumas dispunham de moradias e áreas para cultivar e outras os homens que possuíam as propriedades e as mulheres exerciam a colheita e plantação. Mulheres e homens apoiavam as mulheres que iam ter filhos, fazendo o parto dela, essas mulheres logo voltavam a atividade e levava o seu filho nas costas (TELES, 2017).

Mas em meados do século XVI, com a chegada dos portugueses, sobretudo os jesuítas, que tinham como tarefa principal converter os selvagens indígenas em cristãos, porém, após a morte do primeiro bispo da Bahia, dom Pero Fernandes Sardinha, por indígenas canibais, os jesuítas corroboraram que única maneira de transformarem em “criaturas racionais” era através do emprego de força.

Os colonizadores viam os índios da seguinte maneira: os homens para o trabalho escravo e as mulheres como esposas, concubinas ou empregadas domésticas. A mulher indígena foi usada pelos colonizadores, “que se apropriaram assim de sua capacidade reprodutora, perdendo paulatinamente sua capacidade erótica nesta função sexual-reprodutora separada do prazer” (TELES, 2017, p. 27 e 28)

A inserção da mão-de-obra africana foi “a argamassa principal da expansão demográfica verificada então” (VITALE, apud TELES, 2017, P. 27) executor da produção de riqueza das quais Portugal se apossou. Esse trabalho era de tal forma duro que diminuía a vida do preto escravizado, o escravo que trabalhava nas minas e nas plantações tinha vida estimada entre sete e dez anos. As escravas que trabalhavam em serviços domésticos eram vistas como privilegiadas por ser na força física algo mais brando, já mulheres que eram escravas e trabalhavam na lavoura realizavam os mesmo serviço que os homens “A mulher escrava, além de trabalhar com tal, era usada como instrumento de prazer sexual do seu senhor, podendo até ser alugada a outros senhores” (TELES, 2017, p. 31) fazendo com que mulher preta fosse a base da classe dominante.

Os escravos de serviços domésticos estavam quase sempre em melhor situação que os outros. As negras que eram favorecidas com a atenção de seus senhores e poderiam aspirar a uma vida invejável, a não ser que houvesse uma senhora branca que as arruinasse com uma vingança sádica e ciumenta. (BOXER, 1967, p. 47)

Quando os negros foram retirados de seus países e chegaram ao Brasil, os casais foram separados ditatorialmente e colados em grupos de escravos que falavam línguas distintas, pois pertenciam a tribos distintos, passando a viver no regime escravagista, e essa política tornava mais difícil que eles se organizassem revoltas logo no início. No entanto, os negros não aceitaram a escravidão sem nenhuma resistência “Reagiram com fugas organizadas, criando os quilombos- sua principal forma de resistência” (TELES, 2017, p. 32), as mulheres por muitas vezes não queriam dar continuidade ao ciclo e forçavam abortos para não terem filhos que também seriam escravizados “houve mulheres negras que resistira a participar da manutenção da escravatura, praticando o aborto e até matando seu filho recém-nascido como forma de impedir que uma novo escravo surgisse” (TELES, 2017, p. 31).

Em razão que, “a mulher negra, em sua condição de escrava, transferiu diferentes valores: por um lado, reproduzindo a força de trabalho e por outro lado trabalhando nas tarefas domésticas a serviço dos colonizadores, nas casas dos senhores na cidade e no campo” (VITALE, apud TELES, 1987, p 27), nesses dois casos gerou mais-valia na economia da colônia, em seus setores mais importantes: plantações, fazendas e minas. “Enfim, a divisão do trabalho por sexo se consolidou na Colônia, fortalecendo a dupla opressão da mulher: de sexo e de classe. O machismo e a exploração econômica serviram

ao sistema global de dominação global de dominação patriarcal e de classe” (TELES, 2017, p. 31).

2.2. O surgimento do movimento feminista no Brasil

A partir do ano da primeira metade do século XIX, surgiram mulheres que reivindicavam seu direito à educação, o ensino existente naquele tempo, que foi proposto em 1825, só aceitava que as meninas cursarem a escola de 1º grau, não atingindo níveis mais altos. Além que, o ponto principal da educação continuava a ser a preparação das meninas para a atividade no lar “e algumas que pensava em fugir desse esquema, era severamente criticada, como a professora Maria da Glória Sacramento que teve o ordenado suspenso por não ensinar prendas domésticas, como dava o figurino” (TELES, 2017, p.36).

A distinção da mulher em relação à educação ia muito além do que se era ensinando, o número de escolas era muito menor em relação às escolas para meninos “no Rio de Janeiro, na metade do século XIX, havia 17 escolas primárias para meninos e 9 para meninas” (TELES, 2017, p. 36), em 1887 se graduava em medicina, acontecimentos saudados com entusiasmo pelo periódico “O Eco das Damas” (CARDOSO, 1981).

No século XIX, tinha basicamente o mesmo papel de dona-de-casa, esposa e mãe que a mulher da colônia tinha, porém a partir do desenvolvimento da industrialização, que faz com que diversos países do mundo passem a adotar o sistema capitalista, algumas coisas começam a mudar para a mulher brasileira.

Desde a Revolução Industrial e em todas as fases subsequentes da mudança tecnológica tem acontecido que, quanto mais sofisticadas as máquinas, mais feminina se torna a força de trabalho [...] aconteceu isso desde que as primeiras máquinas automáticas passaram a ser operadas pelas primeiras operárias e o medo do desemprego, que tem obcecado as discussões modernas sobre a inovação tecnológica, sempre foi sentido pelos homens como trabalhadores e não por suas colegas mulheres (PLANT, 1999, p.43).

Os sinais mais significativos começaram a aparecer por volta do ano de 1850, quando o tráfico negreiro foi proibido e o processo para a abolição começou.

Ao mesmo tempo foi formando uma classe dominante, não mais ligada aos antigos engenhos de açúcar do nordeste ou a o café do vale do Paraíba; classe cuja mentalidade, por ser capitalista, voltava-se muito para a formação de mão

de obra assalariada, para desenvolvimento das cidades e para a ampliação do meio de transporte e do comércio (TELES, 2017, p.37)

Foi esse setor da sociedade que aliado ao Exército, promoveram a Proclamação da República, com o intuito de assumir a política e controlar com mais facilidade os seus interesses (TELES, 2017). A partir disso, há uma onda de urbanização e a imigração em grande escala. Com essas mudanças na sociedade brasileira, surgem novas ideias e “a mulher inicia sua participação de uma maneira questionadora da sua condição e do papel que vinha desempenhando” (TELES, 2017, p. 40).

A participação das mulheres brasileiras na vida pública é recente, embora venha avançando gradativamente. Apenas por volta de 1870, elas tiveram o primeiro contato com os problemas sociais, quando algumas participaram do movimento pela abolição da escravidão. Até então elas eram criadas e educadas no seio de suas famílias tão somente para o mundo privado, com o fito de serem boas esposas e mães exemplares. Assim, foi no contexto da abolição da escravidão brasileira que as mulheres começaram a perceber que também vivenciavam situação análoga, pois estavam presas às amarras que lhes eram impostas pelos laços familiares e sociais. Diante de tal constatação, iniciaram um lento processo de busca pela emancipação feminina. (TELES, 2017)

As experiências adquiridas poderiam ter aumentado sua capacidade para lidar com o mundo exterior e desenvolver sua habilidade organizacional. Mas poucas brasileiras falaram alguma vez em público nos tópicos envolvidos na Abolição, embora a presidenta da “Ave Libertas”, Leonor Porto, tenha publicado artigos e panfletos (MOURA, 1989, p. 43)

Na passagem do século XIX para século XX, com a República já instaurada, o trabalho se tornou assalariado, “a burguesia ia cada vez mais enriquecendo à custa do suor e da exploração dos trabalhadores, a nascente classe operária” (TELES, 2017, p.37). E essa classe operária em sua grande maioria era formada por imigrantes, vivendo de salários miseráveis. Que nessa altura, após a abolição os negros se encontravam marginalizados perante a sociedade.

A abolição da escravidão não significou de forma alguma a libertação do povo negro. Pelo contrário, acentuou-se sua condição marginalizada. Enquanto o desenvolvimento industrial emergente abria as portas para a mão-de obra negra branca procedentes da Europa, deixava aos negros os serviços piores e de mais baixa remuneração ou mesmo a condição de “desocupados” (TELES, 2017, p. 49).

Nessa época, a mulher negra teve um papel fundamental nos seus lares, pois ela conseguia com mais facilidade conseguir um trabalho remunerado, garantindo a sobrevivência da sua família.

Durante as primeiras décadas do século XX, houve muitas greves em prol de melhores salários e jornadas de trabalho de oito horas no qual muitas mulheres participaram e nesse contexto foi surgindo um movimento pelo voto, esse movimento surgiu com a classe média e a classe dominante.

Em 1910 era fundado o Partido Feminino Republicano pela Professora Deolina Falho, que defendia em específico que os cargos públicos fossem abertos para mulheres e prometeu em 1917 uma passeata pelo direito do voto com quase 100 mil mulheres (CARDOSO, 1981). Em 1920 foi fundada no Rio de Janeiro a Liga para a Emancipação Internacional da Mulher, pela Professora Maria Lacerda Moura e com a bióloga Bertha Lutz, sua principal preocupação era luta pela igualdade política das mulheres, opondo também ao capitalismo, ao militarismo e ao fascismo (TELES, 2017).

Os anos 20, foi uma década cheia de propostas de mudanças, em 1922 ocorreu a Revolta do Forte de Copacabana, a Fundação do Partido Comunista do Brasil e a Semana de Arte Moderna. E nesse ano também surge organizada por Bertha Lutz a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que vai dar impulso à luta pelo voto feminino. Em 1924, na Coluna Prestes, tem se registro da participação feminina, de vivandeiras³.

Contudo, o direito do voto feminina só foi conquistado e se tornou realidade em 1932, com a revolução de 1930. Com essa conquista, a luta feminina passou a se concentrar na questão do trabalho feminino e na proteção à maternidade e às crianças. Bertha Lutz escreveu um Estatuto, o “Estatuto da Mulher”, no qual propunha maior tempo de licença maternidade por exemplo, mudanças jurídicas em benefícios da mulher, mas não chegou a ser posto em prática (CARDOSO, 1981).

Durante a segunda república (1939-1945), no ano de 1934, nasceu a União Feminina, fazia parte da Aliança Nacional Libertadora (ANL), um movimento com o

³ Vivandeiras são mulheres que vendem ou levam mantimentos, seguindo as tropas em marcha.

objetivo de derrubar o governo Vargas, com direção dos comunistas, as mulheres que compunham o movimento eram principalmente operárias e intelectuais. (TELES, 2017).

Com a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), mulheres atuaram em lutas a favor da democracia e contra o nazifascismo, pressionando a entrada no Brasil na guerra, ao lado dos aliados (SAFFIOTI, 1969). Com o fim da guerra, em 1945, surgiu o Comitê de Mulheres pela Democracia, no Rio de Janeiro, numa tentativa dessas mulheres de realmente participarem da consolidação da democracia efetivamente, e de terem igualmente direitos em termos administrativos, profissionais, políticos e culturais. Em 1946 a Associação do Distrito Federal, cidade do Rio de Janeiro, atuava em cerca de 30 bairros e luta dessa associação era contra o despejo da favela, contra o alto custo de vida, pelos direitos da mulher, pela vida e pela defesa da infância (MONTENEGRO, 1981).

Vale salientar, que esse período pós-Segunda Guerra, foi marcada por propagandas do governo com intuito de que as mulheres voltassem para seu “lugar natural”: o lar. Eles justificaram que já não havia a necessidade que havia nos tempos de guerra seria uma injustiça privar a mulher de seu trabalho doméstico uma. Muitas mulheres retornaram para seus lares, mas a semente da independência financeira havia sido plantada.

Segundo Pinsky e Pedro (2012) movimentos feministas, são divididos em dois momentos, com referência ao Brasil ele denominam o período antes da década de 1960 de “a era dos modelos rígidos”, e depois, “a era dos modelos flexíveis”. Durante a década de 60, em 1962 especificamente, foi incluído no mercado brasileiro a pílula anticoncepcional, como afirma Scott (2012): “[...] a partir dos anos 1960 que as mulheres no Brasil passam a ter acesso a meios contraceptivos mais eficientes [...]”. Assim as mulheres conquistaram uma maior liberdade sobre o corpo, uma maior autonomia para tomar decisões sobre si mesmas.

Ao longo dos anos de 1960 e, com ênfase, nos anos de 1970, que o movimento feminista no Brasil tem se um novo enfoque, além das manifestações sobre trabalho e direito ao espaço público. As mulheres começam a busca pelo direito do corpo, do prazer, do sexo feminino em evidência na sociedade, não sendo algo de “segundo plano”, mas sim concretizando uma nova representação de uma classe social.

Com os anos 1960, se inicia a chamada “segunda onda” do movimento feminista no Brasil, que se caracterizava pela ampliação de demandas das mulheres, incluindo as reivindicações referentes ao corpo, à educação, à sexualidade e ao trabalho. As feministas dessa onda davam destaque ao fim da discriminação e a total igualdade entre os sexos, criticando a ideia de que a mulher seria feliz e satisfeita cuidando dos filhos e do lar, buscando igualdade e questionando mais profundamente seu papel na sociedade, assumindo a ideia da mulher como um indivíduo dotado de direitos e não mais como objeto masculino. Além disso, a luta feminista trouxe para o espaço público as reivindicações que até então eram consideradas de ordem privada, causando uma profunda reflexão Política a respeito da divisão público/privado.

2.3. O lugar da mulher no trabalho no Brasil no início do século XX

A sociedade ocidental judaico-cristã, tem um sistema familiar tradicional, nessa configuração familiar o pai era único provedor e a mãe como a única responsável pelas tarefas domésticas e pelas necessidades familiares, um sistema com uma clara e rígida divisão de trabalho com papéis sociais e culturalmente estabelecidos.

O homem se voltava para o externo, para o mundo dos negócios, das realizações profissionais, se envolvia com o trabalho remunerado; enquanto à mulher era reservado o espaço de dentro, do âmbito doméstico, onde se dedicava aos afazeres domésticos, incluindo a administração da casa e os cuidados com os filhos, – os quais previam o envolvimento emocional e a vigilância. Provavelmente, era esse o modo de lidar com a situação do cotidiano e também de se relacionar consigo próprio e com a sua realidade psíquica. (SIMÕES, 2012, p. 7)

A estrutura familiar funcionando dessa forma facilitava a manutenção da forma patriarcal que a sociedade funcionava, desse modo, “algumas características de personalidade eram estimuladas e identificadas; no homem, por exemplo, a competição e agressividade; na mulher, a sensibilidade, a capacidade de observação, o cuidado e a afetividade” (SIMÕES, 2012, p. 7). As mudanças que a sociedade passava no final do século XIX e início do século XX, especialmente na economia, contribuíram para o declínio desse modelo familiar.

Os processos de urbanização, de industrialização e do avanço tecnológico, resultantes das transformações na economia mundial nos últimos, teve como

consequência, um aumento da concorrência no mercado de trabalho e uma redução na oferta de empregos. Assim a mulher tem um expressivo aumento na participação feminina no mercado de trabalho remunerado e em algumas situações chega a ser o principal suporte financeiro no orçamento familiar. (SIMÕES, 2012). Com isso, a mulher, além da maternidade, busca a mulher a sua satisfação pessoal e o sucesso de sua carreira profissional, indo atrás por meio de estudos o aperfeiçoamento a fim de conseguir progresso, sucesso no mercado de trabalho. Sua entrada na mulher no mercado de trabalho traz transformações na estrutura familiar.

A presença feminina em distintos segmentos do mercado de trabalho, especialmente no ramo têxtil, compondo a maioria da mão de obra, contudo, entres as décadas de 1920 e 1980 que sua partição deu se de forma crescente. Esse período é marcado por um grande número de mulheres ocupando trabalhos em condições precárias, sem proteção social e com baixa remuneração.

As mulheres que eram operárias tinham era duas vezes explorada, elas lutavam junto com os homens, porém suas conquistas eram sempre menores, um exemplo é o que aconteceu em uma fábrica têxtil em 1906, localizada em Jundiaí, no Estado de São Paulo, no qual os trabalhadores e trabalhadoras da fábrica entraram em greve por salários maiores. Um manifesto foi publicado no jornal Terra Livre, onde 3 mulheres denunciaram a exploração e pediam por melhores salários e jornadas de oito horas. As mulheres saíram dessa greve com carga horária de nove horas e meia. “Nas categorias profissionais que concentravam o trabalho feminino manteve-se uma carga diária maior” (TELES, 2017, p.50). E nesse ano aconteceu o primeiro congresso Operário Brasileiro, no qual foi aprovado a luta pela regulamentação do trabalho feminismo.

Em 1907, também ocorreram várias greves, os trabalhadores das fábricas têxteis, que em sua grande se destacar eram mulheres, aderiram à greve em São Paulo. As costureiras se destacaram no movimento das greves. Entre suas reivindicações, estava também as oito horas semanais, as costureiras só conseguiram nove horas e meia. Uma greve que ocorreu em 1919, no interior de São Paulo, mobilizou cerca de 30 mil trabalhadores, reivindicando igualdade salarial e a jornada de 8 horas. O movimento foi reprimido com muita violência, principalmente com as mulheres e crianças (TELES,2017).

Entretanto as mudanças significativas ocorreram de fato com a Primeira Guerra mundial (1914-1918) e a Segunda Guerra mundial (1939-1945), como apontam pesquisadores.

A história das mulheres — com suas compilações de dados sobre as mulheres no passado, com suas afirmações de que as periodizações tradicionais não funcionavam quando as mulheres eram levadas em conta, com sua evidência de que as mulheres influenciavam os acontecimentos e tomavam parte na vida pública, com sua insistência de que a vida privada tinha uma dimensão pública — implicava a negação de que o sujeito da história constituía-se numa figura universal (Scott, 1992, p. 86).

Quando os homens iam para as frentes de batalhas, as mulheres ocupavam cada vez mais espaço no mercado de trabalho, assumindo por muitas vezes os negócios da família. Ao fim dos conflitos, faleceram muitos dos homens que eram os chefes de família, e dos que sobreviveram, muitos ficaram mutilados e impossibilitados de voltar a trabalhar. Segundo Araújo (2004) muitas mulheres se sentiram na obrigação de levar adiante os projetos e trabalhos dos maridos.

[...] As que ficavam viúvas e eram de uma elite empobrecida, e precisavam se virar para se sustentar e aos filhos, faziam doces por encomenda, arranjo de flores, bordados e crivos, davam aulas de piano, etc. Mas além de pouco alorizadas, essas atividades eram mal vistas pela sociedade. (PROBST, 2003, p. 1).

Algumas mulheres ingressaram no mercado de trabalho, por meio de suas produções e de modo informal e muito timidamente, esse trabalho era importante não só como complemento da renda familiar, mas também, por suas consequências sociais, tais como: transformações nas expectativas de realização pessoal e profissional, independência financeira, a alteração nas relações familiares e entre a mãe e os filhos.

Com a solidificação do sistema capitalista, ocorreram inúmeras transformações na produção e na organização do trabalho feminino, boa parte da mão de obra feminina foi transferida para as fábricas. A partir de então, algumas leis foram implementadas para beneficiar as mulheres.

Pela Constituição de 1932, ficou estabelecido que não haveria distinção de sexo quanto à remuneração; que seria proibido que mulheres grávidas trabalhassem durante o período de quatro semanas antes do parto e quatro semanas depois e que também seria proibido despedir mulheres grávidas pelo simples fato de estarem grávidas (SIMÕES, 2012, p. 7).

Apesar dessas conquistas a exploração se estenderam ao longo de muito tempo como jornadas de 14 a 18 horas, por exemplo, e as diferenças salariais acentuadas entre homens e mulheres que usavam a justificativa de que não era necessário a mulher ganhar o mesmo salário que o homem, era a de que o homem trabalhava para sustentar a mulher e os filhos.

Com mais participação em atividades remuneradas provocou mudanças no modo de vida de mulheres, especialmente no funcionamento da família brasileira, já que as mulheres passaram a compartilhar as responsabilidades pela manutenção financeira da casa, desencadeando uma redefinição dos padrões da hierarquia família, segundo com Vanalli & Barham (2008) e Fleck & Wagner (2003).

De acordo com Diniz (1999) a mulher trabalhar fora de casa pode colaborar para aumentar o senso de confiança da mulher e sua autoestima, contribuindo também para uma melhora no convívio familiar. Por outro lado, fica complicado para a mulher conciliar funções familiares e sociais, por causa das tradições políticas, sociais e culturais, além da falta de tempo para a família e as dificuldades em acompanhar o crescimento dos filhos são vistas pela mulher como perdas.

Atualmente, um dos fatores que têm contribuído para a permanência da mulher no mercado de trabalho é o de que a mulher tem adiado ou deixado de lado o sonho da maternidade. A redução do número de filhos pode ser um fator que tem colaborado para facilitar a evolução e a presença feminina no mercado.

Capítulo 3. A atuação Feminina no jornalismo do interior

No século XIX, as mulheres que escreveram, que desejaram viver da pena, que desejaram ter uma profissão de escritoras, eram feministas, pois só o desejo de sair do fechamento doméstico já indicava uma cabeça pensante e um desejo de subversão. E eram ligadas à literatura. Então, na origem, a literatura feminina no Brasil esteve sempre ligada a um feminismo incipiente. (MUZAT, p. 123, 2003)

3.1. A composição da sociedade Taubateana

Na primeira metade do século XIX Taubaté era a cidade mais povoada do Vale do Paraíba, tendo aproximadamente 20.000 e no início do século XX cerca de 45.000 habitantes, mas mesmo com o número alto de pessoas sua urbanização era quase inexistente (MULLER, 1965).

A região do Vale do Paraíba era caracterizada pela presença das plantações de café. No final do século XVIII foram feitas as primeiras plantações de café na região da garupa. O Vale gozava do prestígio por ter sido a pioneira plantio de café.

A cidade de Taubaté no início do século XX, seria palco de um evento de magnitude nacional. Aconteceria num dos maiores símbolos trazidos pelo café, o sobrado D. Leopoldina. A assinatura do "Convênio de Taubaté" trazia à cidade os Presidentes Jorge Tibiriçá, de São Paulo, Nilo Peçanha, do Rio de Janeiro, e Francisco Salles, de Minas Gerais, em fevereiro de 1906. O "Convênio de Taubaté" tinha o objetivo de firmar um acordo político que pudesse enfim resolver a crise do café.

O café teve seu auge na região na década 1850, provocando uma rápida migração para a região e prosperidade financeira para os fazendeiros. Saint Hilaire, ao percorrer o Vale do Paraíba em uma viagem para a cidade do Rio de Janeiro, assinalou que "é para lá de Lorena que começa a encontrar os homens ricos. Devem todos a fortuna à cultura do café" (SAINT HILAIRE, 1954, p. 127).

No final do século, com a abolição, que para os fazendeiros foi um duro golpe, a economia cafeeira. Os fazendeiros começaram a perder parte dos seus capitais investidos

e enfrentavam o empobrecimento e provocaram enormes dificuldades para a colheita pela falta de mão-de-obra que se seguiu “O patrão corria atrás do empregado” (MOTA SOBRINHO, 1967, p. 119).

Com o ciclo do café veio a necessidade de melhorar o transporte e escoamento da produção. A solução se deu por meio de uma construção ferroviária ligando a região às cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro. Em 7 de julho de 1877 inaugurou a então chamada D. Pedro II, mudando toda a fisionomia da sociedade.

Embora as vias regionais não tenham sido construídas para oferecer transporte intraurbano, elas acabam oferecendo esse tipo de transporte, e aquelas regionalmente mais importantes passam a ser mais importantes do ponto de vista intra urbano e acabam atraindo maior expansão urbana ao longo delas. (VILLAÇA, 2007, p. 70-71)

A linha ferroviária D. Pedro II foi usada como o meio de transporte e comunicação com as três mais importantes capitais do país, “iam-se modernizando.... perdendo seus característicos de cidades coloniais e adquirindo aspectos de cidades evoluídas, do século XX” (MULLER, 1965,67-109). A procura por novas oportunidades e possibilidades diante das dificuldades enfrentadas no setor cafeeiro “os núcleos urbanos, centros de áreas rurais empobrecidas, descobriram como ocorreu em todo país, que havia uma nova possibilidade, a industrialização.” (MULLER, 1965, p. 80).

Nesse cenário surgem as primeiras indústrias que surgiram na cidade de Taubaté. Nice Lecoq Müller considera terem ocorrido três fases distintas neste processo. A primeira delas ocorreu entre 1891 a 1914, com lenta progressão e com predominância da indústria de alimentos e têxteis.

No último quartel do século, a cidade foi tomada por um grande surto de crescimento e progresso. O espaço urbano passou por uma fase de expansão, especialmente na direção Norte, portanto, no sentido dos trilhos da Estrada de Ferro Central do Brasil, e ao Sudoeste, acompanhando as vias que levavam à capital e ao litoral, ao mesmo tempo em que iam sendo preenchidos os espaços ainda vazios dentro do antigo conjunto urbano. (MULLER, 1965, p. 87)

Se instalou, em 1891, a Companhia Taubaté Industrial (CTI), seguida pelas Indústrias Reunidas Vera Cruz, em 1923, a Companhia Fabril de Juta, em 1929, e a Companhia Predial de Taubaté, em 1932. Nesse cenário, a cidade de Taubaté passou por grandes mudanças em vários âmbitos da sociedade, tendo espaços urbanos e políticos que abrigavam instituições.

É nessa época que se instalaram os serviços de abastecimento de água (1881), de telefone (1893), dos bondes urbanos a tração animal (1884), bem como a ligação por bondes a vapor com Tremembé (1880). Começou a circular também o primeiro jornal local, o Progresso (1861), depois substituído por três semanários (*Jornal de Taubaté*, o *Recreio* e o *17 de Agosto*, todos de 1883), enquanto o teatro São João exibia companhias líricas. (MULLER, 1965, p. 87) Entre o período de 1860-1890 houve um grande começo de atividades consideradas urbanas, culturais e de lazer como a abertura do Teatro São João em 1878. A vida social também começa a mudar, principalmente culturalmente, as famílias ricas começam a frequentar teatros e jornais começam a circular em Taubaté. Fazendo com que pessoas de classes sociais distintas já não frequentavam o mesmo lugar.

A sociedade taubateana da década 1910 se pautava no conservadorismo cristão, como pode se identificar através do Jornal *O Lábaro* que teve sua criação em fevereiro de 1910. Em suas publicações tinha como pauta a defesa dos princípios cristãos e ser o mensageiro da doutrina católica (GONÇALVES, 2007).

O controle da mulher era exercido pela Igreja exercida, seu comportamento era ditado antes e depois. Em seu casamento, o controle da igreja começava no altar, com promessa de submissão da mulher ao homem “O controle do marido sobre a esposa, inquestionável e dominador, submetia a sexualidade da mulher no controle absoluto, do marido sobre a mulher (MENDONÇA, J. G. R.; RIBEIRO, 2011, p. 5). Nesse cenário a mulher mesmo com o ganho de uma certa liberdade ainda é mantida a preceitos dos desejos do homem da igreja e do Estado, sendo suas escolhas tendo peso desses requisitos.

A mulher vai se configurando como fruto ou resultado de uma construção ideológica determinada por instituições controladas e gerenciadas por homens; como a Igreja, a medicina e o direito. São os homens quem atribuísem a ela um lugar, transformando-a em rainha do lar (MENDONÇA; RIBEIRO, 2011, p. 7).

Um episódio que ilustra a sociedade conservadora de Taubaté no início do século XX, é a da fotógrafa e professora Remedica Falco. Segundo a historiadora Rachel Abdala (2019), Remedica pertencia a uma família de imigrantes, vinda da Espanha, ela chega na cidade com menos de um ano de idade, sua família era composta por artistas, como grande atuação na fotografia. Remedica pintou e fotografou muitas famílias da cidade de Taubaté e das cidades vizinhas, atuando como fotógrafa registrada por mais de 50 anos, além de ter atuado como professora primária.

A atuação de Remedica como fotógrafa, provavelmente a primeira da região do vale do Paraíba, e seguramente a primeira de Taubaté, poderia ser caracterizada como uma atividade familiar, pois, além de ter sido formada como fotógrafa no âmbito da sua família, registrou e fez parte da história de muitas famílias de taubateanos e de moradores de outras cidades da região do vale do Paraíba que se deslocavam até Taubaté para serem fotografados por ela em seu estúdio (ABDLA, 2020, p. 10)

Apesar de todo o seu trabalho Remedica em seu atestado de óbito ela é declarada como doméstica, o preconceito e pela invisibilidade do trabalho da mulher pois “lançar-se enquanto mulher para espaços além do doméstico é galgar índices elevados de discriminação” porque no início do século vinte “ler e trabalhar não são de fato ações vistas com bons olhos à mulher” lar (Mendonça J. G. R.; RIBEIRO, 2011, p. 6). Esse fato ilustra a sociedade taubateana no início do século XX.

3.2. A participação de mulheres em jornais no Brasil – inserção profissional e resistências

Por muito tempo, o mercado da imprensa, como muitos outros, foi um local exclusivo dos homens. De acordo com um relato de José Hamilton Ribeiro, em meados da década de 1930 toda a ambientação do espaço de trabalho jornalístico só atendia a homens:

As empresas jornalísticas eram pensadas e construídas como ambiente de sauna brega: só para homem. Nem havia banheiro feminino. No Estadão, à noite, quando fervia o trabalho jornalístico, as mulheres não eram aceitas nem na mesa telefônica. Havia mulheres como telefonistas, mas só durante o dia. À noite, um homem é que operava. Mulher podia ser telefonista, faxineira ou servia para fazer o café: circulava na área desserviço (RIBEIRO 1998: 31).

Entre o fim do século XIX e os primeiros anos do século XX surgiram os periódicos feministas, ou designados especificamente para as mulheres, mas que se diferiam dos temas que tradicionalmente eram julgados como assuntos tradicionalmente femininos como moda, casa, maternidade e família, “entre a literatura e as chamadas artes domésticas, o jornalismo feminino já nasceu complementar, revestido de um caráter secundário, tendo como função o entretenimento e, no máximo, um utilitarismo prático ou didático” (BUITONI, 2009, p. 29).

Segundo Chambers, Steiner e Fleming (2004) essas mulheres que foram precursoras no mercado jornalístico em sua maioria pertenciam em sua maioria à classe média, eram altamente educadas, brancas. Geralmente, essas mulheres entravam no jornalismo por dois motivos: por serem solteiras ou porque suas famílias passavam por alguma dificuldade financeira, e por muitas vezes também eram filhas ou esposas de jornalistas. Além de tudo isso, “as mulheres ainda ocuparam um status subordinado de gueto ao menos até a virada para o século XX e, em muitos aspectos, até mesmo além desse período. Elas eram normalmente confinadas para as áreas marginais da notícia – moda, questões domésticas” (CHAMBERS et alii, 2004). Mesmo quando uma mulher escrevia sobre política ou questões sociais, elas eram encorajadas a focalizar o que viria a ser chamado de um ângulo voltado ao ‘interesse humano’, ao demonstrar como os eventos afetam as pessoas em sua vida cotidiana. O papel das primeiras jornalistas mulheres era provocar respostas emocionais nos leitores (CHAMBERS et alii, 2004).

As mulheres sempre atuavam ativamente em veículos da imprensa alternativa, buscando espaços outros onde suas ideias pudessem entrar no jogo das disputas simbólicas. Durante o século XIX aconteceu o marco inicial do surgimento da mídia alternativa realizada por mulheres com a publicações de jornais que discutiam principalmente as mudanças de costumes e a participação. Isto é, as experiências de elaboração de canais que inicialmente eram de assuntos feminino e depois passaram também a ser de assuntos feministas, acompanhando as lutas das mulheres por direitos, inclusive o direito à escrita. E dessa forma, lançando o que seria mais tarde uma imprensa que se tornaria anos mais tarde assumidamente feminista (PETERS, 1996). Zahidé Lupinacci Muzart coloca que a criação dos periódicos de mulheres no século XIX tem como razão a necessidade de obter direitos: “em primeiro lugar, o direito à educação; em segundo, o direito à profissão e, bem mais tarde, o direito ao voto” (MUZART, 2003, p. 226).

Muitas mulheres, por meio da entrada em veículos da imprensa alternativa, lutaram pelo direito de discutir as questões políticas. É lançado 1868 o jornal *The Revolution* um jornal declaradamente feminista por Amelia Blommer e Elizabeth Staton. Em um dos editoriais, Staton afirma que nós declaramos guerra até a morte à ideia de que a mulher foi criada para o homem. Nós conclamamos a mais alta verdade de que, como

o homem, ela foi criada por Deus para a responsabilidade moral individual e para o progresso, aqui e para sempre”. Alguns aspectos históricos da imprensa feminista são relatados por Amy Farrell:

No século XIX, as ativistas publicaram uma série de periódicos, como o *Woman's Journal* e o *The Revolution*. A maior parte tinha patrocinadores e circulação relativamente pequena. Alguns, como o *Revolution*, de Susan B. Anthony, falavam sem meios termos a respeito dos direitos das mulheres. Radical em sua abordagem, o *Revolution* não era particularmente popular entre o público em geral, ou entre a maioria das mulheres. Autoridades públicas, em particular o Encarregado Geral dos Correios, argumentavam que o jornal desafiava os padrões de respeitabilidade em suas tentativas, às vezes bem-sucedidas, de censurar essas publicações. No final do século XIX e início do XX, foram publicados numerosos jornais sufragistas, tanto de circulação nacional quanto local. Diferentemente do *The Revolution*, falavam principalmente às mulheres, servindo como importantes ferramentas organizacionais para o movimento sufragista. Outros jornais da época como o *The Woman Rebel*, da defensora do controle de natalidade Margareth Sanger, eram extensivamente censurados. Ações legais impetradas em cortes federais contra Sanger e seu jornal chegaram a obrigá-la a deixar o país. (FARRELL, 2004, p. 44)

No Brasil só no século XX a presença das mulheres no campo da literatura tem apresentado destaque, podemos notar uma série de atividades femininas ligadas a este campo no século XIX. Em 1808, com a chegada da família real portuguesa, tem o marco inicial da imprensa no Brasil. Novas ideias, comportamentos e hábitos chegaram à vida social no Rio de Janeiro. A cidade do Rio de Janeiro tornou-se mais complexa, com novos comportamentos, hábitos e ideias, criando demandas à vida cotidiana, incluindo as das mulheres.

A existência da corte passou a influir na vida da mulher do Rio de Janeiro, exigindo-lhe mais participação. O Rio estava deixando seu caráter provinciano para ser uma capital em contato com o mundo. Dentro deste contexto, a moda assumiu grande importância pra a mulher que morava nas cidades, ainda mais se fosse na corte. As tendências europeias eram copiadas e aí entra o fato imprensa, primeiro com a importação de figurinos vindos de fora e depois com a publicação, aqui, em jornais e revistas que reproduziam gravuras de moda. A necessidade estava criada; havia, portanto, um mercado. Foi por isso que as primeiras publicações dirigidas à mulher no Brasil traziam moda. Jornalismo feminino, nessa época, significava moda e literatura (BUIIONI, 2009, p. 31-32).

Mas as publicações que tinham como público as mulheres eram muito poucas no Brasil até o início do século XX. Surge em 1827 O *Espelho Diamantino*, “o primeiro

empreendimento dedicado às senhoras brasileiras” (LOBATO, 2013). Em 1852, editado pela argentina Joana Paula Manso de Noronha, surge no Rio de Janeiro o *Jornal das Senhoras*. O periódico, abordava temas como literatura, teatro, moda, belas-artes e crítica e era inteiramente redigido por mulheres e, sobretudo era “um motor impulsionador de instrução, de educação, de mudança de atitudes, de idéias” (MUZART, 2003, p. 227).

Os temas feitos para o público feminino, chamados de “assuntos de mulher” começaram a ganhar espaço em seções de revistas de grande circulação, como seção nomeada Cartas de mulher da revista “a *Revista da Semana* (Rio de Janeiro 1901); na revista *Fon-Fon* (Rio de Janeiro - 1907) e *Cigarra* (São Paulo-1914), essas revistas traziam informações dirigidas às mulheres”, ainda que não fossem projetados para o público feminino especificamente (LIMA, 2007, p. 224). Podemos encontrar nessas páginas a história dos costumes da época, “um reflexo significativo da vida cotidiana, da economia doméstica, das relações sociais, das mentalidades, das morais e dos esnobismos apaixonados, no seu monótono frenesi de novidade” (SULLEROT, 1963, apud BUITONI, 2009, p. 29).

[...] revistas representam épocas. [...] só funcionam em perfeita sintonia com seu tempo. Por isso, dá pra compreender muito da história e da cultura de um país conhecendo suas revistas. Ali estão os hábitos, as modas, os personagens de cada período, os assuntos que mobilizaram grupos de pessoas. (SCALZO, 2003, p.16)

Contudo, no século XX apenas, ocorre um crescimento mais significativo da imprensa feminista, no período entre guerras de forma específica, cuja contestações estavam direcionadas principalmente ao direito ao sufrágio e aos direitos trabalhistas.

Entre as décadas de 1920 e 1930, debates políticos – em especial aqueles ligados ao voto feminino, que passou a valer em 1932 – estimularam o surgimento de periódicos de cunho feminista ou, ao menos, mais politizados, como, por exemplo, a revista *Reacção* (1931), que pretendia ser a representação da reação feminina – de luta – diante das condições sociais da época. A imprensa feminina deste período, segundo Buitoni (2009, p.85), ainda conservava características literárias, que marcaram de forma intensa o jornalismo do século XIX. A ligação com acontecimentos da realidade era quase inexistente e as reportagens, textos e entrevistas também se faziam bem pouco presentes (LOBATO,2013, p. 07).

Exemplificando que mesmo que as mulheres tenham ocupado ao longo da maior parte de sua história uma ideia de um papel de seres subordinados e dóceis não encontra sustentação material. “As mulheres não são passivas nem submissas. A miséria, a opressão, a dominação, por reais que sejam, não bastam para contar a sua história. Elas estão presentes aqui e além. Elas são diferentes. Elas se afirmam por outras palavras, outros gestos”. E assim, “elas têm outras práticas cotidianas, formas concretas de resistência - à hierarquia, à disciplina - que derrotam a racionalidade do poder, enxertadas sobre seu uso próprio do tempo e do espaço” (PERROT, 1985, p. 212).

Essa participação ativa das mulheres em veículos da imprensa alternativa é uma evidência que coloca a imprensa, especificamente a imprensa alternativa, como impulsora de mudanças na sociedade brasileira e como expressão material da resistência feminina à opressão.

3.3. Os textos de Zezue e Georgina, do jornal O Norte de Taubaté de 1919

O jornal como fonte do conhecimento histórico, começou efetivamente a ser utilizado por historiadores a partir do início do século XX, mais precisamente na década de 1930, com a escola de *Annales*. Na primeira geração dos *Annales* o que se utiliza como fonte histórica foi modificado, incluindo entre ela a imprensa. Porém na terceira geração da escola dos *Annales*, no final do século XX, no qual os interesses, as abordagens, a busca por se escrever a história, daqueles que eram marginalizados, a imprensa passou a ser uma fonte histórica recorrente, a noção de documento mudou. Porém, ainda em 1970, no Brasil, era muito insignificante o número de trabalhos que tinham o jornal como fonte histórica.

[...] a década de 1970, ainda era relativamente pequeno o número de trabalhos que se valia de jornais e revistas como fonte para o conhecimento da história no Brasil. A introdução e difusão da imprensa no país e o itinerário de jornais e jornalistas já contava com bibliografia significativa, além de amudarem-se as edições fac-símiles e os catálogos dando conta de diários e revistas que haviam circulado em diferentes partes do território nacional. (LUCA, 2008, 111)

Com a crescente do uso de jornal como fonte histórica, a imprensa assume um papel cada vez mais importante nas pesquisas. A imprensa passa a ser mais importante na sociedade e com conteúdo diversos, como colunas, notícias, crônicas e fotografia. E atuando fortemente na sociedade para a divulgação e na formação de valores. Essas informações podem ser de uma mesma publicação e abrem um leque de interpretações para o historiador.

A riqueza da fonte periódica e suas múltiplas possibilidades de abordagem também são atestadas pelo exemplo da revista *Seleções*, lançada no Brasil em 1942, no contexto da política de boa vizinhança arquitetada por Roosevelt. Ao lado de outros veículos como o rádio e o cinema, a publicação cumpria função estratégica na difusão dos valores e modo de vida norte-americano e, apesar de não ser uma iniciativa oficial, ajustava-se às demandas do poder, como bem mostrou Antônio Pedro Tota. A mesma publicação foi abordada por Mary Junqueira com o objetivo de discernir, a partir do universo simbólico norte-americano, as representações construídas acerca da América Latina, encarada como um novo oeste a ser domado e civilizado. (LUCCA, 2008, p.129)

E analisando seus editoriais, os historiadores atuam como uma sob novas metodologias. De acordo com de Lucca (2008) o que possibilita o avanço através da análise crítica levou o historiador a um tratamento mais específico na utilização desses documentos. A historiadora evidencia que essa diversificação no uso da imprensa periódica nas produções científicas históricas, criou-se uma demanda para o desenvolvimento teórico-metodológico.

Entretanto, parece pertinente destacar alguns aspectos metodológicos que têm guiado a utilização dessas fontes e que podem inspirar futuras pesquisas. Note-se que as observações que seguem não devem ser encaradas como um roteiro rígido e tampouco espécie de fórmula ou elixir aplicável a quaisquer impressos, circunstâncias ou períodos. (LUCCA, 2008, p.131)

Essas questões encaminham os historiadores para uma análise destes materiais, esses periódicos permitiram que ampliassem o horizonte da pesquisa. Mas sem se prender a uma fórmula porque a variedade da fonte de imprensa é enorme e as suas possibilidades de pesquisa são amplas e variadas. Assim, não é viável sugerir um procedimento metodológico ou mesmo técnicas de pesquisa que dêem conta de tantas possibilidades". (LUCCA, 2008, p.141).

De acordo com Tânia Regina de Lucca (2008) deve-se sempre se levar em consideração que estas fontes não são espelhos da realidade, mas uma forma de representação com informações pertinentes ao contexto em que está inserido. Essas peculiaridades, demonstram que a imprensa intervém na vida social, política e cultural de uma sociedade. Esta intervenção possibilita o historiador a observar a trajetória de determinada sociedade no tempo. Sua utilização contribui em diversos campos da história, desde a História Política, História Cultural até a Econômica. Especialmente falando sobre as histórias das mulheres, os jornais se apresentaram como uma fonte rica.

Outro campo temático que corrobora a afirmação é o dos estudos de gênero, que se constitui num dos mais dinâmicos da historiografia contemporânea brasileira, responsável por periódicos acadêmicos, centros de documentação e linhas de pesquisas em programas de pós-graduação. Sem intenção de fazer um inventário exaustivo, cumpre destacar os trabalhos de Dulcília Buitoni, que no início da década de 1980 já evidenciam as potencialidades da imprensa para a apreensão do lugar reservado às mulheres em diferentes épocas. (LUCA, 2008, p. 126).

Os textos que o presente trabalho analisará foram publicados no Jornal *O Norte* da cidade de Taubaté no ano de 1919, a coluna em que os dois autores expuseram suas ideias é uma coluna de leitores o que provavelmente torna os nomes dos personagens em pseudônimos. Esses textos estão disponíveis no acervo Municipal de Taubaté.

Folhas soltas

Moças casadoiras

Nos tempos que correm, por motivos justificáveis, existe em todo recanto muita moça pra casar.

“As solteironas pullulam, não obstante o seu accentuado desgosto e a formusura de grande parte d’ellas.

Há por aí tanta deidade casadoiras, que os escolhedores, semi-patheticos, andaun às tontas, sem mesmo saber na qual pegar.

O flirt é eterno e raros são os amores romanescos.

Os Simões Botelhos, cuja historia nos narra o sublime Castello Branco, desapareceram na noite escura e procellosa da Realidade.

Bicudissimos estão os tempos; e lá se vae a era em que se fazia mercado com dois ou quinhentos.

Presentemente, com muita modestia e com muito amor, um casal, amando, comendo e bebendo, não seu ménage com menos de duas pelle gas de vinte e uma de dez.

Isto com certa restrição, não pondo no orçamento o vestuário e as diversões e fazendo por ter saúde de ferro para não agravar a situação.

Posto que assim seja, melhor nos parece- pelo que diz o velho dictado-que venha d'água escassez dos casamentos e a estranhavel debandou dos pretendentes a mudar de estado

“Quem casa não pensa e quem pensa...”

O que se presume em nossos dias afastar do espirito do homem a ideia de matrimonio é o evoluir do Bello sexo, é o avanço à mulher para o mundo da phantasia, do ckic, do que ella mais almeja:-- listar na sociedade:

A vaidade das mulheres é hoje, mais do que nunca, um facto incontestavel.

Procurando em tudo imitar as estrellas do cinematographo, miran-se nellas como num espelho predileto e de fino crystal.

Ensaçando gestos, amoldando atavios ridiculos, fazendo uso exagerado de posições e pinturas, a mulher vae de momento a momento cada vez mais descendo no conceito masculino.

Não lhes convém depois de tanta opulencia precenciada através de uma custosa pellicula ao lado do amor, um prato de torresmos...

Dani o arredio dos homens de bom senso, que desejam tornar-se serios como exemplares chefes de familia.

O que o homem espirou, aspira e sempre aspirará não é ter por companheira uma mulher mephistophalica, de ideias nababescas, e sim uma carinhosa esposa e perfeita dona de casa desde a cosinha até a sala de visitas.

Para ser futil, basta ser a existencia!

*Natasha vc não pode colocar na sequencia sem fazer uma análise
Zezue*

Zezue inicia o seu texto publicado no jornal *O Nortede Taubaté* Zezue como uma expressão em seu título, o termo *moça casadoira*, no qual, tem como significado moças com idade para casar-se. O Casamento é visto por grande parte das teóricas feministas como uma instituição para privar a mulher e prendê-la, diz-lá uma propriedade privada do marido. Friedrich Engels em sua obra *A Origem da Família, da Propriedade e do Estado* afirma que “a grande derrota do sexo feminino” foi a origem da propriedade privada. “A primeira oposição de classes a aparecer na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher em casamento monogâmico, e a primeira opressão de classes coincide com a do sexo feminino pelo sexo masculino” (ENGELS, p.129).

No primeiro parágrafo, o autor nos fala que em todo lugar a mulher para se casar e que elas formigam “*mas não impede o seu o seu desgosto e formosura*”, evidenciando o quão importante o casamento era pra sociedade, principalmente o desejo da mulher em casa. O autor cita o romance de Camilo Castelo Branco (1825-1890) no trecho “... Os Simões Botelhos, cuja história nos narra o sublime Castello Branco, desapareceram na noite escura e idículos da Realidade.” (ZEZUE, 1919). O romance de Castelo Branco retrata a história do amor proibido entre Simão Botelho e Teresa de Albuquerque e é uma das mais importantes obras durante a fase do Romantismo em Portugal (CABRAL, 1998). Zezue faz um paralelo a obra dizendo que não há uma história de amor que dure as realidades da noite. E logo depois, cita o ditado popular “Quem casa não pensa e quem pensa não casa...” (ZEZUE,1919) deixando em aberto para que o leitor termine vendo o matrimônio de ponto de vista negativo, o leitor masculino, pois no trecho anterior ele demonstra o quanto a mulher deve se dedicar ao casamento ocasionando que o casamento seja algo negativo em as pessoas fazem sem pensar.

Posteriormente, Zezue apresenta os motivos que segundo ele faz com que os “homens que buscam ser sérios” acabam por desanimar nas mulheres, e esse motivo segundo ele está ligado a inspiração que mulheres têm nas atrizes de cinema.

A vaidade das mulheres é hoje, mais do que nunca, um facto idículosvel.
Procurando em tudo imitar as idículo do cinematographo,
Miran-se idíc como num espelho predileto e de fino idicul.
Ensaizando gestos, amoldando atavios idículos, fazendo uso
Exagerado de posições e pinturas, a mulher vae de momento a
Momento cada vez mais descendo no conceito masculino.”
(ZEZUE,1919)

A mulheres representadas no cinema durante a década de 1910 influenciava oferecia lições de moda, maquiagem, comportamento e relações sociais mais livres, impulsionou a nova mulher ao consumo e ao narcisismo, estimulando a afirmação de si mesma empoderamento, que é visto de maus olhos pelos homens. (PASSERINI, 1993). Por outro lado, transformou as imagens das atrizes em emblemas de sexualidade.

O que o homem espirou, aspira e sempre aspirará não é ter por
Companheira uma mulher mephistophalica, de ideias nababescas, e sim
Uma carinhosa esposa e perfeita dona de casa desde a cosinha até a sala de
visitas. (ZEZUE,1919)

Desse modo Zezue mostra insatisfação com a mulher que mostra os primeiros sinais de que as mulheres estão tendo pensamentos não condizentes com o tradicional e esperado para elas na sociedade, um pensamento talvez com respingos de ideias feministas. Ou seja, a homem quer não quer uma mulher pensamentos malefícios ou cruéis, nem de ideias luxuosas, mas sim uma perfeita dona de casa que seja carinhosa, não há nada mais natural nesse pensamento do que mulher existir em função da sua família (ROUSSEAU,2004).

Reprodução do segundo artigo escrito por Georgina e publicado no dia 2 de março de 1919:

O troco da moeda

Maus partidos

Aos que estão habituados a escrever para um jornal, e a falta de assunto cousa insupportavel.

Semelhante aos mophomaniacos, que, em lhes faltando o elemento do vicio, são capazes dos maiores desvarios, assim os literatelhos de encomenda quando não lhes ocorre uma ideia qualquer.

Si o cerebro, farto já de produzir futilidades, não lhes dispensa recurso para satisfazer o desejado, mesmo assim, não se dando por vencidos, procuram tira d'alli um pensamos para o seu grande de trabalho em perspectiva e que deverá ser lido e muito apreciados.

Dessa forma, por paos e por pãos e por pedras, lá vae o colosso para as mãos do redactor, e mais tarde para as do typographo, que sobre Elle boceja de iustante a iustante.

Foi isto o que succedeu há pouco com o auctor de uns riscos o subtítulo “Moças casadoiras”, insertos no penultium número deste apreciado orgam.

Zegue-que esquisito pseudonymo não se perca, estanto talvez num desses dias de memoria falha demover a dificuldade,

Disse da mulher cobras e largatos e, firmando o ponto cuminante da questão, fez calculos mathematicos como aconselhando a viver de brisas...

Não resta duvida lhe sou antagona não só no sexo como tambem nas ideias, não lhe deixo a franqueza sem a minha ligeira réplica. Começarei citando um pensamento do maior antifeminista que até agora conheço.

Trerei, minhas caras amiguinhas; é o nosso inimigo, Schopenhauer, quem tem a palavra para dizer que, “a magia da

distância apresenta-nos paraizos que desaparecem como visões logo que deixamos seduzir.

Realmente: o que a distância nós occulta a presença nos põe ás claras!

Quantas vezes não se deixa a mulher cultivar pelos languidos olhares dos homens cuja a alma não conhece?

Com o passar dos dias, franca e sensível consente a aproximar-se dos eu amado e ouvindo-lhe os galanteios fofos, eis que surge a realidade com todo o seu sequilho de decepções!...

A criatura por quem perdera o seu precioso tempo não é mais que um desses mineiros do amor, esforçado para descobrir de bons partidos!

Seja talvez por não consentir em ser vendida como uma mercadoria qualquer, ou por não se sujeite a uma vida de privações e contrariedades a excessiva vaidade feminina de que falou Zezue.

Contudo caber infelizmente á mulher o esperar que lhe venham solicitar a u não de esposas nem por isso deve entregar-se ao primeiro bigorriha que lhe apareça.

Para os caça-dotes, em cujo passo prevejo que esteja Zezue, tem as moças casadoiras natural desprezo, contando ainda com a legitima defeza dos cabos de vassoura manejados habitualmente por seus pães, e que lhes ensianarão, sem mais relutancia... o caminho da porta.

Georgina

Georgina traz no texto “O Troco da moeda-Maus Partidos” uma resposta ao texto de Zezue, a réplica foi publicada no dia 2 de março de 1919, dois dias após o texto de Zezue ser publicado no *jornal O Norte*. A autora começa o seu texto expondo sua opinião sobre as pessoas que escrevem para o jornal sem ter um contudo relevante e que acabam recorrendo a qualquer assunto, produzindo assim futilidades para satisfazer o ego que deve ser lido e apreciado por isso, e quando isso o topógrafo se tedia dos textos que imprimi.

Aos que estão habituados a escrever para um jornal, e a falta de assunto cousa insupportavel.

Semelhante aos morphomaniacos, que, em lhes faltando o elemento do vicio, são capazes dos maiores desvarios, assim os literatelhos de encomenda quando não lhes ocorre uma ideia qualquer.

Si o cerebro, farto já de produzir futilidades, não lhes dispensa recurso para satisfazer o desejado, mesmo assim, não se dando por vencidos, procuram tira d’alli um pensamos para o seu grande de trabalho em perspectiva e que deverá ser lido e muito apreciados.

Dessa forma, por paos e por paos e por pedras, lá vae o colosso para as mãos do redactor, e mais tarde para as do typographo, que sobre Elle boceja de iustante a iustante. (GEORGINA,1919)

No trecho mais adiante, Georgina expõe sua insatisfação pessoal com Zezue, criticando o seu pseudônimo, e deixa claro que se trata de uma resposta direta a ele.

Zegue-que esquisito pseudonymo não se perca, estanto talvez num
Desses dias de memoria falha demover a dificuldade,
[...] Não resta duvida lhe sou antagona não só no sexo como tambem nas
Ideias, não lhe deixo a franqueza sem a minha ligeira réplica.
(GEORGINA,1919)

Georgina aborda Schopenhauer considerado, por ela, o maior antifeminista de todos. Schopenhauer, constitui o sexo feminino como um ser dissimulado e põe o homem como alguém dotado de toda a força física e capacidade de raciocinar, e é por isso que é crucial para elas exercerem obediência aos que têm racionalidade (YELOM, 2007).

Começarei citando um pensamento do maior antifeminista que até agora conheço.
Terei, minhas caras amiguinhas; é o nosso inimigo, Schopenhauer, quem tem
A palavra para dizer que, “a magia da distância apresenta-nos paraizos
Que desaparecem como visões logo que deixamos seduzir.
Realmente: o que a distancia nós occulta a presença nos põe ás claras!
(GEORGINA,1919)

E a autora encerra o texto com o trecho:

Seja talvez por não consentir em ser vendida como uma mercadoria qualquer, ou por não se sujeite á uma vida de privações e contrariedades a excessiva vaidade feminina de que falou Zezue.

Contudo caber infelizmente á mulher o esperar que lhe venham solicitar a u não de esposas nem por isso deve entregar-se ao primeiro bigorrilha que lhe apareça.

Para os caça-dotes, em cujo passo prevejo que esteja Zezue, tem as moças casadoiras natural desprezo, [...] (GEORGINA,1919)

Na última parte de seu texto a autora, se mostra indignada com o fato de a mulher ser julgada por recusar um homem e por ter que esperar um “caça-dotes”. Ficando mais evidente a mentalidade de transformações da época chegou a Taubaté, reivindicando mais autonomia, tento então, traços feministas praticado na época em seu texto, que tinha como o como respaldo as opressões sofridas e falta de espaço na sociedade ao longo da história humana, mas sim a busca pela igualdade (entre homens e mulheres, em diversos

objetivos) e pela liberdade (que possa exercer suas vontades e desejos sem o impedimento “natural” do homem, a quem é dita, “subordinada”).

Considerações finais

Por muito tempo as mulheres sofreram com desigualdades e discriminações, foram excluídas dos relatos e dos acontecimentos históricos. Apesar da conquista e dos feitos das mulheres nas últimas décadas, faz-se necessário realizar mais trabalhos e debates sobre o feminismo para que as mulheres possam conhecer sua história, que por muitas vezes foi apagada dos livros de história.

A primeira onda do feminismo que se iniciou no Reino Unido e na Inglaterra, em prol do sufrágio, levou as mulheres a pensar o seu papel em diversos âmbitos da sociedade e é refletido na imprensa, como no cinema em que as mulheres começam a ter papéis mais significativos.

Com o início da modernização no Vale do Paraíba diversas transformações para a sociedade que até então era completamente rural. O processo de industrialização que se inicia e o capitalismo que ia se solidificando trouxe mudanças de hábitos.

Nesse contexto histórico, em que o jornal está se tornando popular para as pessoas, o relato e opiniões de uma mulher anônima sobre o texto no qual ela julga como antiquado nos mostra a mudança de mentalidade, que mesmo lenta chegava a Taubaté.

Diante de tudo que foi exposto, conclui-se, que a mudança de mentalidade que ocorria no mundo após a primeira onda do feminismo, refletiu em Taubaté, Zezue corresponde ao homem que ao ver a mudança no comportamento do gênero feminino se sente intimidado, e Georgina faz parte dessa mulher que começa a sentir empoderada e busca ter mais escolhas.

Referências bibliográficas

ABDALA, Rachel Duarte. Remedica Falco: uma mulher entre a docência e a atividade como fotógrafa em Taubaté-SP. In: SILVA, Cleonice Elias da; EVANGELISTA, Marcela Boni; RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado. (Org.). **Histórias de Mulheres: entre lutas políticas e subjetividades**. 1a.ed.Rio de Janeiro: Ape'Ku, 2020, v. , p. 134-151.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1991. (Coleção Primeiros Passos)

ARAÚJO, Luís, C. G. **As mulheres no controle do mundo: elas têm influência em todas as esferas, da política à educação**. Forbes Brasil, São Paulo, set. 2004.

BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo**. Tradução Sérgio Milliet. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. Disponível em:

<http://www.dicionarioinformal.com.br/relacionadas/sororidade/>. Acesso em: 10 de janeiro de 2021

BOXER, C. R. **Relações raciais no Império Colonial Português**. Rio de Janeiro, Biblioteca tempo universitário, 1967.

BUITONI, Dulcília Helena S. **Imprensa Feminina**. São Paulo: Ática, 1990.

BUITONI. **Mulher de papel: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira**. São Paulo: Edições Loyola, 1981.

CABRAL, Alexandre. **Dicionário de Camilo Castelo Branco**. 2.ª ed. Lisboa: Editorial Caminho, 1988.

CARDOSO, Irene. **Os tempos Dramáticos da Mulher Brasileira**., São Paulo: Centro Editorial Latino – Americano,1981. (Coleção História Popular 2)

CHAMBERS, Deborah, STEINER, Linda, FLEMING, Carole. **Women and Journalism**. New York: Rutledge, 2004.

CONNELL, Raewyn; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n.1, p. 241-282, jan/abril 2013. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2013000100014>.

Acesso em 10 de janeiro de 2021.

COSTA, A. A. **O Movimento Feminista no Brasil: Dinâmicas de Uma Intervenção Política.** Instituto Universitario de Estudios de la Mujer da Universidad Autonoma de Madrid. Madrid. 2004.

DAVIS, Angela, 1944. **Mulheres, raça e classe.** Tradução de Heci Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo. Condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia.** Brasília, Rio de Janeiro: EdUnB, José Olímpio, 1993.

DINIZ, Gláucia. Mulher, Trabalho e saúde mental. In: CODO, Wanderley (Org.). **O trabalho enlouquece: um encontro entre a clínica e o trabalho.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. p. 105-134.

DURIGUETTO, Maria Lúcia; ALAGOANO, Verônica. **O movimento feminista na produção acadêmica dos cursos de pós-graduação em Serviço Social.** Disponível em: < [http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.139 /](http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.139/) >. Acesso em: 12 fev 2019.

ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. Tradução de Leandro Konder. In: MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**, Volume 3. São Paulo: Alfa-Omega, s/d, p. 7-143.

FARRELL, Amy Erdman. A Ms. **Magazine e a promessa do feminismo popular.** São Paulo: Editora Barracuda, 2004.

FLECK, A.C. & WAGNER, A. A mulher como principal provedora do sustento econômico familiar. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v.8, número especial, 2003, p. 31-38.

FRACCARO, Glaucia. **Os direitos das mulheres: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937).** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

GARCIA, Carla Cristina. **Breve história do feminismo.** São Paulo: Editora Claridade, 2011.

GONÇALVES, Mauro Castilho. **Cidade, cultura e educação: o projeto de modernização conservadora da Igreja Católica, em Taubaté, em meados do século XX**. 236f. Tese (Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HOOKS, Bell. **Essentialism and Experience**. *American Literary History*, v. 3, n. 1, p. 172- 183, 1991.

HOOKS, Bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. : **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n.16, p.193-210jan./abr.2015.Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010333522015000200193&lng=en&nrm=iso. Acesso em 10 de janeiro de 2021.

HOOKS, Bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**,193-210, 2015.

KARAWEJCZYK, Mônica. O voto da costela: **o sufrágio feminino nas páginas do Correio do Povo (1930-1934)**. 2008. 292 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. São Paulo: Cultrix, 2019.

LIMA, Sandra Lúcia Lopes. Imprensa feminina, revista feminina. A imprensa feminina no Brasil. Projeto História. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 35, n. 2, 2007. Disponível em:

<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/2219/1320> Acesso em:

15/09/2014

LOBATO, Mayara Luma Maia. A trajetória do feminino na imprensa brasileira: o jornalismo de revista e a mulher do século XX. Trabalho apresentado no GT de História do Jornalismo, integrante do **9o Encontro Nacional de História da Mídia**, 2013. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-do-jornalismo/a-trajetoria-do-feminino-na-imprensa-brasileira-o-jornalismo-de-revista-e-a-mulher-do-seculo-xx> Acesso em 17 de outubro de 2021.

- LUCA, Tânia Regina. Uma história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi(org.). **Fontes Históricas**. 2.ed., 1ª reimpressão. São Paulo: contexto,2008
- INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS. **Minidicionário Houaiss da língua portuguesa**. 4ª ed, revista e aumentada. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.IPEA e FBSP. Atlas da Violência 2017. Rio de Janeiro: 20.
- MENDONÇA, João Guilherme Rodrigues; RIBEIRO, Paulo Rennes Marcal. Algumas reflexões sobre a condição da mulher brasileira da colônia às primeiras décadas do século XX. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 5, n. 1, 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/124957>>. Natasha vc precisa colocar a data de acesso
- MONTENEGRO, Ana. “Ser ou não ser feminista”. **Cadernos do Povo Brasileiro**, nº3, Recife: Editora Guararapes, 1981.
- MOTTA SOBRINHO, Alves. **A Civilização do Café (1820-1920)**. São Paulo: Brasiliense, 1967.
- MULLER, Nice Lecocq. **Taubaté, estudo de estudo de geografia urbana**. Revista Brasileira de Geografia.Jan-Mar, 1965, pp. 109
- MUZART, Zahidé Lupinacci. “Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX”. **Estudos Feministas**, volume 11, número 01, Florianópolis, 2003.
- PETERS, Bettina. “La barrera invisible”. **Revista Perspectivas**. Santiago de Chile: Isis Internacional, n. 4, 1996. p. 03-07.
- PINTO, C. R. J. **Uma História do Feminismo no Brasil**. São Paulo. Fundação Perseu Abramo, 2003
- PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria**. Nova Historia das mulheres no Brasil. **São Paulo (Org.). Nova História das: Contexto, 2012.**
- PLANT, Sadie. **A Mulher Digital**. O feminismo e as novas tecnologias. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1999.
- PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- PROBST, E.R. **A Evolução da mulher no mercado de trabalho**. Disponível em: <<http://www.icpg.com.br/artigos/rev02-05.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2021

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **A mulher na sociedade de Classes: Mito e Realidade.** São Paulo Quatro Artes, 1969.

SAINT HILAIRE, A. **Segunda Viagem a São Paulo e Quadro Histórico da Província de São Paulo.** São Paulo: 1954.

SCALZO, Marília. **Jornalismo de Revista.** São Paulo: Contexto, 2003.

SCOTT, Ana Silvia. O Caleidoscópio dos arranjos familiares. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). **Nova História das Mulheres no Brasil.** São Paulo: Editora Contexto, 2012, p. 15-42.

PERROT, Michele. **Os Excluídos da História: operários, mulheres, prisioneiros.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985

PERROT, Michelle. **Mulheres públicas.** São Paulo: UNESP, 1998.

RIBEIRO, José Hamilton. **Jornalistas: 1937 a 1997: história da imprensa de São Paulo vista pelos que batalham laudas (terminais), câmeras e microfones.** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1998.

SIMÕES, Fatima Istue Watanabe, Mulher, mercado de trabalho e as configurações familiares do século XX. **Revista Vozes dos Vales da UFVJM: Publicações Acadêmicas, MG, Brasil, Nº 02, Ano I, 10/2012**

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios.** São Paulo: Editora Alameda, 2017.

VANALLI, Ana C. G. BARHAM, Elizabeth J. **A demanda para políticas públicas adicionais para trabalhadores com filhos pequenos: o caso de professoras.** Revista Temas de Psicologia. São Paulo, v. 16, n. 2, p. 1-9, 2008.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil.** 2ª. ed. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP, 2007.

VITALE, Luís. **La Mitad Invisible de la História**: el protagonismo social de la mujer latino-americana, Buenos Aires: Editora Sudamericana/Planeta, 1987.

YALOM, Irvin D. **A Cura de Schopenhauer**. Brasil: Editora HaperCollins, 2007.

WAGNER, A. **A família e a tarefa de educar: algumas reflexões a respeito das famílias tradicionais frente a demandas modernas**. In: FERES-CARNEIRO, T. (org). Família de casal: arranjos e demandas contemporâneas. São Paulo: Loyola, 2003. p. 27-33.